

EDIÇÃO COMEMORATIVA

21  
anos

ANDI

Uma trajetória  
que se entrelaça  
com as conquistas  
de direitos no Brasil

---

Brasília, junho de 2015

## EXPEDIENTE

### FICHA TÉCNICA

ANDI - COMUNICAÇÃO E DIREITOS

DIRETOR EXECUTIVO  
Antonio Augusto Silva

DIRETORA ADMINISTRATIVA  
Miriam Izabel Albernaz Cordeiro Pragita

GERENTE DO NÚCLEO DE  
QUALIFICAÇÃO DE MÍDIA  
Suzana Varjão

#### REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO  
Petrobras

APOIO  
Instituto Camargo Corrêa  
Fundação Itaú Social

EDIÇÃO  
Suzana Varjão

PESQUISA E REPORTAGEM  
Ana Flávia Flores  
Cristina Sena  
Flávia Falcão  
Graziella Nunes

PROJETO GRÁFICO  
Gisele Rodrigues

DIAGRAMAÇÃO  
Contexto Social

FOTO DA CONTRACAPA  
Mila Perillo

IMPRESSÃO E ACABAMENTO  
Gráfica Coronário

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO  
3.000 exemplares

IMPRESSO NO BRASIL  
Distribuição gratuita

Por opção editorial, os personagens que passaram pela ANDI, construíram e contam, aqui, a sua história, foram identificados apenas com o crédito que os vinculam à organização.

# Editorial

Uma viagem através do tempo, conduzida pelas vozes de alguns dos personagens que povoaram a história recente do Brasil. É isto que o leitor encontrará nas páginas dessa publicação, comemorativa dos 21 anos de fundação da ANDI.

São duas décadas da trajetória de uma organização que ajudou a escrever um dos capítulos mais ricos de nossa história: o da conquista de direitos - notadamente, de grupamentos vulneráveis da população brasileira.

Fruto da redemocratização do País, a ANDI foi gerada a partir da demanda pela inserção de questões diretamente relacionadas aos direitos de crianças e adolescentes, como prioridade, na agenda das redações.

Ao longo do tempo, essa demanda social foi sendo ampliada, provocando a expansão de seu foco de ação para além destas questões e motivando a transformação da Agência de Notícias dos Direitos da Infância na ANDI - Comunicação e Direitos.

Assim, desde sua criação, nos anos 90, integra o contexto de luta e de conquistas do povo brasileiro, atuando em consonância com profissionais de imprensa e lideranças do movimento social que buscam proteger, promover e garantir direitos.

Contar, portanto, a história da ANDI é revisitar a história do Brasil, a partir dos marcos institucionais de uma organização que se tornou referência no campo da comunicação para o desenvolvimento no Brasil e na América Latina.

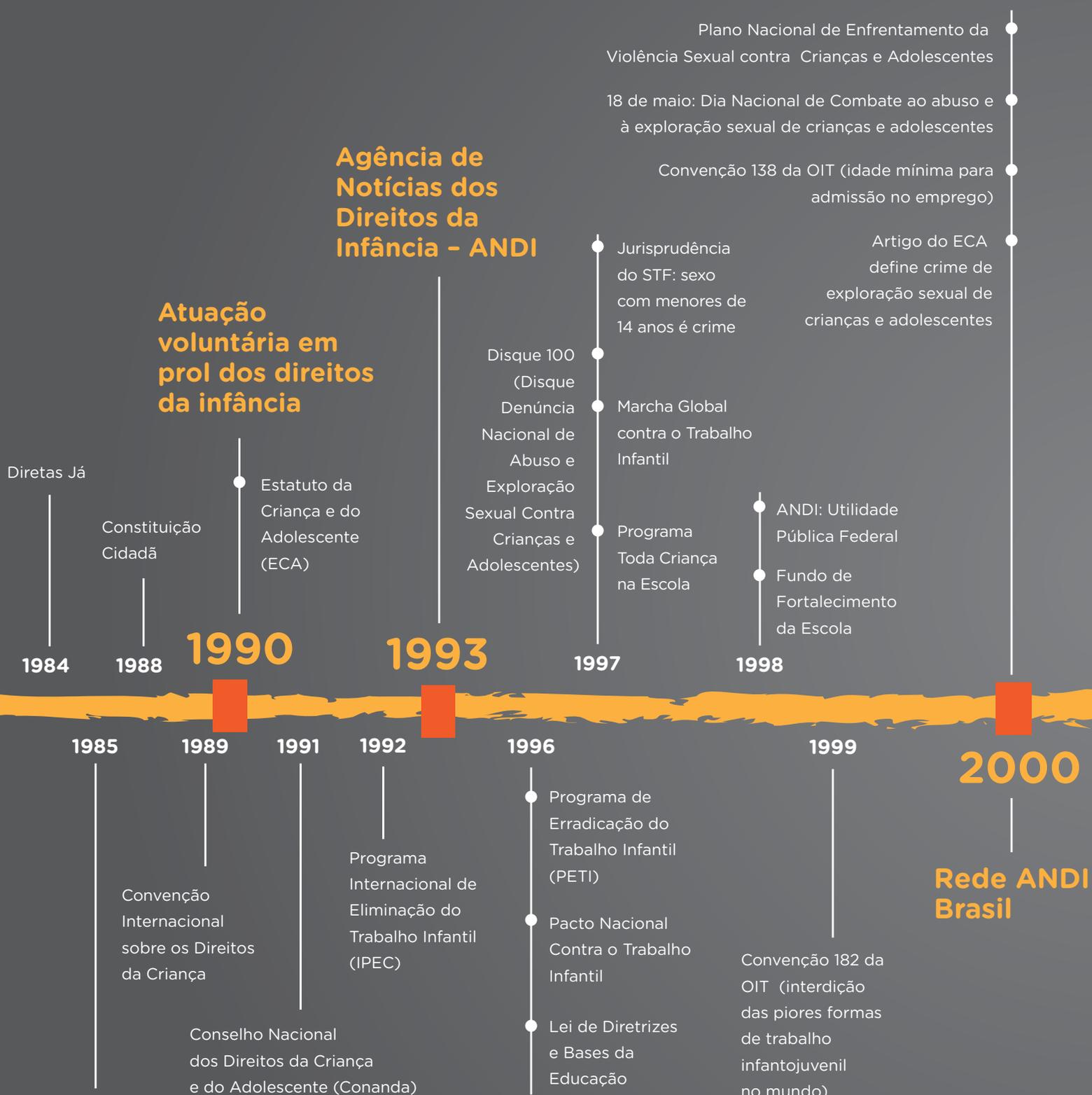
O conjunto de metodologias, estratégias e ferramentas construídas nessas duas décadas compõe hoje uma tecnologia social inovadora e impactante, que contribuiu e continua a contribuir para o exercício de um jornalismo socialmente responsável e transformador.

É essa a história de adesão sem reservas ao horizonte ético do humanismo que será reconstituída nas próximas páginas.

Tenham uma boa leitura!

# Linha do tempo

A pretensão, aqui, não é reconstituir, *ipsis litteris*, a história da conquista de direitos no Brasil, mas registrar alguns de seus marcos, na perspectiva de recompor o contexto socioeconômico e político que motivou a criação da ANDI, legitimou e continua a validar o trabalho da organização.



Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua



# Sumário

---

6

## Anos 80

Renasce a esperança

ANDI em números ..... 9

10

## 1990

Atuação voluntária  
em prol dos direitos  
da infância

Honrarias ..... 13

Publicações ..... 14

15

## 1993

Nasce a Agência de Notícias  
dos Direitos da Infância

O modelo ANDI de ação ..... 19

Jornalista Amigo da Criança .... 20

22

## Ano 2000

O modelo espalha-se  
pelo Brasil





Foto: Aracy Andriani



25

## 2003

A experiência se expande pela América Latina

Panorama latino-americano ..... 29

30

## 2011

Comunicação e direitos para todos

Monitorando violações ..... 34  
Adolescentes em conflito com a lei .. 35

36

## Seção especial

Impactos

Agenda socioambiental ..... 40

41

## Perspectivas

Renova-se a missão

Organizações da Sociedade Civil .... 45  
Parceiros da caminhada ..... 46  
Uma homenagem ..... 48



crianças e adolescentes, que, atuando de modo articulado, gestariam o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que abriria caminho para a derrocada do Código de Menores de 1927 e sua doutrina da “situação irregular”, e para a consolidação do conceito de “proteção integral” de meninos e meninas.

### ECA

O dispositivo constitucional representara uma grande vitória dos grupos de defesa de direitos de crianças e adolescentes que, em contraposição aos “menoristas”, defendiam a instituição de um novo paradigma para regular as ações e políticas voltadas a esses grupamentos vulneráveis da população. E a partir dele viriam muitas outras conquistas, tanto no

campo jurídico-legal quanto na esfera administrativa.

No âmbito jurídico-legal, a intensa mobilização da sociedade civil produziria dois outros grandes marcos, que viriam a lastrear uma sequência significativa de políticas públicas de promoção de direitos dos grupamentos em foco: a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989 e ratificada pelo Brasil, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990.

### Políticas públicas

É possível avaliar a extensão dos ganhos para os segmentos em questão a partir da compreensão de que toda e qualquer engrenagem operacional é estruturada e

“

*No encontro realizado pelo MNMMR, uma grande reclamação dos meninos e meninas era de que a lei estava contra eles, era a grande inimiga da infância, porque autorizava juízes, promotores e policiais a recolherem qualquer criança e adolescente que estivesse na rua, naquilo que o Código de Menores chamava de situação irregular.*

**Mário Volpi,**  
coordenador do Programa  
Cidadania dos Adolescentes  
do Unicef no Brasil

”



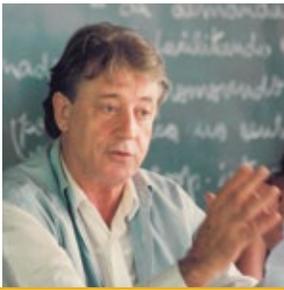
Assembleia Nacional Constituinte: fim do regime de exceção no País



Foto: Severino Silva/JACA

Crianças em situação de rua: contexto adverso movendo vontades e corações

Foto: Acervo ANDI



“*Sempre considerei a ANDI e continuo considerando-a a mais brilhante e competente maneira de manter vivo e vibrante o movimento em favor das crianças, dos adolescentes e dos jovens do Brasil, especialmente aqueles mais destituídos de direitos e atingidos pela mais terrível exclusão.*”

**Cesare de La Rocca,** fundador e presidente do Projeto Axé e ex-Conselheiro da ANDI

funciona a partir de conceitos, que agregam sistemas de valores, ideologias, crenças. E ao Código de Menores e sua doutrina da “situação irregular” associava-se uma política de atendimento caritativa, de caráter residual, com programas compensatórios à menoridade carente.

A partir do novo paradigma legal, há um efetivo rompimento com essa política, caracterizada, ainda, pela extrema centralização de ações na esfera federal e pela exclusão da participação popular nos processos decisórios. Sob a égide do ECA, são criados mecanismos e instâncias de formulação, deliberação, fiscalização, execução e financiamento de políticas públicas com ampla participação da sociedade civil, como os fundos e os conselhos de direitos e tutelares.

#### Atores

Protagonizando a virada cidadã – e em grande parte

frutos delas –, organizações até hoje atuantes, como o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), responsável pela coleta de mais de seis milhões de assinaturas que lograriam inserir os direitos de garotos e garotas como “prioridade absoluta” na Carta Magna.

Foram muitos os atores envolvidos na caminhada, entre os quais vale destacar o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), atuante desde o início da década e oficialmente instituído em 1985, e o Fundo das Nações para a Infância (Unicef), que, operando no Brasil desde 1950, desempenhou papel de destaque no processo de fortalecimento do sistema de garantia de direitos dos grupamentos em foco.

A Agência de Notícias dos Direitos da Infância é fruto desse contexto e dessas ações.



**376**

376 comunicadores certificados como Jornalistas Amigos da Criança



**300**

Cerca de 300 projetos executados



**3.800**

Banco de dados com mais de 3.800 fontes de informação



**100**

Mais de 100 jornalistas e 40 veículos de comunicação premiados pelo Concurso Tim Lopes

**1.000**



Sugestões de pautas diárias para mais de 1.000 jornalistas



**120**

Mais de 120 publicações

**150**



Mais de 150 parcerias firmadas



**200**

Mais de 200 comunicadores passaram pela organização

# ANDI

## em números



**21**

21 honrarias recebidas



**136**

136 jornais de 12 países monitorados pela Rede ANDI América Latina



**8.000**

Mailling com mais de 8.000 contatos



**70**

Mais de 70 veículos de comunicação de todo o País monitorados

**40**

Mais de 40 jornais monitorados pela Rede ANDI Brasil

**30**



Aproximadamente 30 impressos voltados ao público jovem monitorados

**800**



Aproximadamente 800 eventos de capacitação realizados

**10**



Cursos realizados em mais de 10 universidades do País

**15.000**



Boletins distribuídos a mais de 15.000 atores sociais da América Latina



Âmbar de Barros: atitude cidadã

1990

## Atuação voluntária em prol dos direitos da infância

**A** ANDI, como outras organizações similares, é fruto do processo de retomada da democracia, pela sociedade civil brasileira. Nascida do ímpeto humanista de dois jornalistas - Âmbar de Barros e Gilberto Dimenstein -, sua trajetória acabou se entrelaçando com a história política do Brasil. Notadamente, com o capítulo que registra a evolução do tratamento dispensado à infância e à adolescência no País.

Como lembra Âmbar, naquele momento de

efervescência política e quadro socioeconômico desalentador, os jornalistas “estavam focados na questão econômica, na inflação e na matrícula em escolas privadas, o que era uma distorção enorme, porque a maioria dos estudantes sempre se matriculou em escolas públicas. Era um universo autorreferente, onde as verdadeiras questões da maioria da população estavam totalmente fora do noticiário”.

### Pautas

Mais. Quando se falava em jovens e crianças de famílias pobres, “era na página de polícia e sempre para falar de um crime cometido por eles”. E foi precisamente esse enfoque que, ainda como ação voluntária em prol dos direitos da infância, a ANDI se propôs a mudar - um trabalho que começou com a distribuição de pautas num escritório improvisado na garagem da casa de Âmbar de Barros e acabou “contaminando” a América Latina, como será adiante narrado.

Foto: Arquivo pessoal



“

*Foi assim que tudo começou: com o meu espanto e também o do Gilberto [Dimenstein], de como existia uma realidade que dizia respeito a milhões de brasileiros e que a mídia simplesmente ignorava.*

**Âmbar de Barros,**  
jornalista e fundadora  
da ANDI

”

“A ANDI começou pautando a grande mídia sobre temas ligados aos direitos de crianças e adolescentes e, em especial, naquele momento, ao grande movimento de articulação política pela aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente”, lembra sua fundadora. Além do trabalho de proposição de pautas, passou a acompanhar o noticiário sobre os grupamentos em foco. “Era de partir o coração, porque aparecia somente criança presa, maltratada, violência...”, relata.

### Impactos

O aumento exponencial da quantidade e da qualidade de reportagens sobre o universo infantojuvenil foi um dos primeiros impactos do trabalho voluntário da

dupla. Somado à ação de outras organizações, como a Fundação Abrinq (1990), influenciou na elaboração de políticas públicas, obtendo vitórias expressivas, como o aumento das matrículas no ensino fundamental e a diminuição da mortalidade e do trabalho infantil.

Aliás, esta última forma de violência teve redução significativa no Brasil, a partir de um trabalho sistemático, que tomaria corpo com a implementação do Programa Internacional de Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), em 1992, e, posteriormente (1996), com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), implantado em regiões do País e ramos de atividades com alto índice de ocorrência dessa grave violação



Foto: Guillermo Planel



Foto: Acervo ANDI

Dimenstein: da perplexidade à ação

de direitos, e para o que foi desenvolvido amplo programa de comunicação, pela ANDI.

### Conanda

Também nesse período (1991), entraria em cena um ator que iria impactar fortemente o atendimento a esses grupamentos vulneráveis da população brasileira: o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), responsável, entre outras conquistas, pela revogação da hegemonia, no âmbito federal, de órgãos vinculados à prática do Estado repressor (Funabem e LBA).

Âmbar lembra que a estratégia de proposição de pautas, à época, era muito focada na denúncia, “tendo em vista a situação dramática de muitos meninos

e meninas”. Os principais assuntos eram trabalho infantil, maus-tratos, morte, falta de vagas nas escolas públicas, mortalidade infantil e questões referentes à saúde – um leque temático que viria a ampliar-se consideravelmente ao longo dos anos, como será evidenciado nessa publicação.

Foram três anos de ativismo altruísta, bancados financeiramente pelo casal empreendedor. Uma necessidade social que não poderia permanecer na dependência apenas da consciência cidadã de dois jornalistas. E os meios objetivos para a consolidação e longevidade da ação viriam a partir da visita de Agop Kayayan, então oficial de planejamento do Unicef, à “salinha no Setor Bancário Sul” que Dimenstein cedera para o trabalho.

“

*A experiência da ANDI marcou minha vida profissional muito profundamente, porque foi uma experiência única, de sucesso, e que deveria ser copiada em outros países [...]. A ONU deveria repetir uma experiência tão exitosa.*

**Agop Kayayan**

foi Oficial de Planejamento do Unicef entre 1978 e 1983

”

# Honrarias

**D**urante sua trajetória, a ANDI construiu e apoiou a criação de estratégias para dar visibilidade ao trabalho dos atores sociais que defendem os direitos da criança e do adolescente, como o *Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística* e o *Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo*.

Mas a ação continuada de mediação entre a imprensa e os grupos que atuam em defesa desses grupamentos também foi alvo de mais de duas dezenas de distinções, entre prêmios, homenagens, condecorações, títulos e menções honrosas. Ao lado, a listagem das honrarias recebidas pela ANDI, por ano de concessão e em ordem decrescente.



*A ANDI teve participação ativa na proposição de prêmios que ajudam a dar visibilidade a diversos temas sociais: Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo, Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística, Causos do ECA...*

**Ely Harasawa,**  
ex-secretária executiva  
adjunta da ANDI



- Prêmio Top Mega Brasil de Comunicação Corporativa - Primeira edição. Realização: Mega Brasil e Maxpress (2015);
- Prêmio Socioeducativo Guri, concedido pela TV Novo Degase (2012);
- Homenagem da Secretaria de Estado da Criança e Juventude do Paraná - 20 Anos do Eca (2010);
- Finalista do Prêmio Japão - Projeto Mais Inovador em Desenvolvimento, concedido pela Global Development Network (2004);
- Prêmio Internacional SIGNIS-UCIP de Educomunicação, concedido pela SIGNIS-UCIP / União Internacional de Imprensa Católica (2004);
- Prêmio Dom Hélder Câmara de Imprensa, concedido pela Conferência dos Bispos do Brasil - CNBB (2004);
- Prêmio Bem Eficiente, concedido pela Kanitz& Associados (2004);
- Prêmio Rafael Ángel García, concedido pela organização CECODAP (maior menção ao jornalismo da Venezuela (2003);
- Condecoração da Ordem do Mérito MPDFT 2003 no grau Estandarte, concedido pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por seu empenho em ações em prol da sociedade (2003);
- Prêmio Unesco, na categoria Comunicação (2001);
- Prêmio Especial Iberoamericano de Comunicação pela Infância e pela Adolescência, concedido pelo Unicef América Latina e a Agência de Notícias Espanhola EFE (2001);
- Finalista do I Prêmio Mídia da Paz, com o site, conferido pela Revista Imprensa, em parceria com a Unesco e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e com o patrocínio do Hospital Samaritano de São Paulo (2001);
- Prêmio Luiz Beltrão, no XXIV Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação - Intercom, que teve como tema "A mídia impressa, o livro e o desafio das novas tecnologias" (2001);
- Título de 5ª maior organização beneficente brasileira na área de Direitos Humanos e Cidadania, concedido pela Kanitz e Associados (2000);
- Selo Site Amigo da Criança, pelo apoio dado no combate à pedofilia na Internet (2000);
- Prêmio Direitos Humanos, categoria Entidade de Ação Privada, concedido pela Associação das Nações Unidas (1999);
- Prêmio Cidadania Mundial, concedido pela Comunidade Bahá'i do Brasil (1999);
- Prêmio Criança e Paz, concedido pelo Unicef (1998);
- Homenagem aos serviços prestados ao Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo, concedido pelo Instituto Ayrton Senna (1998);
- Selo Direitos Nota 10, pelo site, incluído entre os melhores do gênero na área de Direitos Humanos do Brasil pela DHnet - Rede de Telemática Direitos Humanos & Cultura (1998);
- Selo Página Nota 10, da Escola Net, pelos serviços prestados à educação (1998);
- Reconhecimento do site como um dos mais importantes em informações sobre educação no País, pelo Grupo Folha de S. Paulo/Guia Folha (1998);
- Menção Honrosa do Prêmio Nacional de Direitos Humanos, concedido pelo Governo Federal brasileiro, em associação com a sociedade civil (1997);
- Prêmio Líbero Badaró, concedido pela Revista Imprensa (1997);
- Prêmio Criança, concedido pela Fundação Abrinq (1996).

# Publicações



Nesses 21 anos de existência, a ANDI editou mais de 50 análises de mídia e cerca de 20 guias e manuais – além de publicações especiais e institucionais. São insumos destinados a uma cobertura jornalística qualificada sobre temas socialmente relevantes, como exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho infantil, educação, drogas, gênero, racismo, pessoas com deficiência, violência, primeira infância e adolescentes em conflito com a lei.

Entre os diversos guias de referência para a cobertura jornalística publicados, podem ser destacados o que trata da exploração sexual de crianças e adolescentes e o que aborda a questão dos adolescentes em conflito com a lei, que reúnem elementos fundamentais para auxiliar profissionais de imprensa a cobrirem fatos relacionados a estas problemáticas específicas.

Carro chefe das estratégias e ferramentas usadas pela organização, as análises de mídia motivaram o lançamento, em 2003, da série de livros "Mídia e Mobilização Social", um conjunto referencial de análises quanti-qualitativas sobre o tratamento editorial dispensado pelos veículos de comunicação a temas centrais para a promoção dos direitos e do pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes.

"Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo", "Infância & Consumo", "Direitos da Infância e Direito à Comunicação" são algumas publicações referenciais da ANDI, ainda hoje utilizadas em disciplinas nas mais diversas universidades de comunicação do País. Entre as edições institucionais, duas são particularmente recomendadas para os que desejem conhecer um pouco mais a história da organização:

- "Da Árvore à Floresta – A história da Rede ANDI Brasil: como uma articulação de comunicadores de todo o País está ajudando a colocar a criança e o adolescente no foco da mídia" (2005);
- "Facing the Challenge: children's rights and human development in Latin American news media" (2006).

“

*As análises de mídia são os produtos mais importantes da ANDI, a meu ver, porque dão a visão do estado da arte, da cobertura e dos caminhos a serem seguidos para as mudanças.*

**Ely Harasawa,**  
ex-secretária executiva  
adjunta da ANDI

”



# 1993 *Nasce a Agência de Notícias dos Direitos da Infância*

Foto: Acervo ANDI

O trabalho voluntário de Âmbar de Barros e Gilberto Dimenstein viria a constituir, em 1993, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância. O diminuto e aguerrido grupo da “salinha no Setor Bancário Sul”, mantido em parte com recursos da Ashoka (instituição de apoio ao ativismo social, da qual Âmbar era líder), receberia um aporte financeiro significativo do Unicef, “o primeiro e maior financiador” da organização, como destaca Agop Kayayan.

O apoio permitiu a estruturação e formalização da ANDI, que pôde contratar uma equipe maior e um serviço de clipagem. O primeiro conselho foi então composto, abarcando nomes como Antônio Carlos Gomes da Costa, uma referência na área de direito infantojuvenil (falecido em 2011); Cesare de La Rocca, fundador do Projeto Axé e outra grande referência; Benedito dos

Santos e Mário Volpi, que eram do MNMMR – além de Dimenstein e Âmbar.



# ANDI

A logo que inaugurou a Agência de Notícias dos Direitos da Infância

## Transição

Dois anos depois de formalizada, a ANDI é submetida ao primeiro processo sucessório. Para acompanhar o marido, Dimenstein, que ganhara uma bolsa de estudos na Universidade de Columbia, Âmbar muda-se para Nova Iorque. Para dirigir a organização, convida o jornalista Geraldinho Vieira, o Bhaskar, que não só daria continuidade ao trabalho, como ampliaria e consolidaria o papel da organização.

“O Geraldinho conseguiu, além de um apoio muito maior do Unicef, ampliar o financiamento e a agenda da instituição, expandir o trabalho de pauta para além da denúncia, implementando o recorte de busca de soluções, e criar e sofisticar a metodologia da análise do *clipping*. Quer dizer, ele construiu em cima daquilo que eu deixei e fez muito mais”, atesta a fundadora da ANDI.

## Mídia para o desenvolvimento

Resumidamente, a ANDI desenvolve, a partir de então, uma larga gama de atividades voltadas a jornalistas, fontes noticiosas, estudantes e professores de jornalismo, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento da mídia e, por conseguinte, da sociedade brasileira, convertendo-se, ao longo das duas últimas décadas, num dos principais mediadores entre a imprensa e os grupos que defendem os direitos de grupamentos vulneráveis da população.

Centrado no conceito de “mídia para o desenvolvimento”, o modelo ANDI de ação foi estruturado a partir de três linhas interligadas de ação estratégica: Mobilização, Monitoramento e Capacitação (às quais seriam acrescidas as estratégias de Incidência e Replicação), utilizando

diferentes ferramentas, entre as quais, destaca-se o Boletim Infância na Mídia (leia texto sobre *O modelo ANDI de ação*).

### JAC

Entre os mecanismos e produtos que deram efetividade às macro

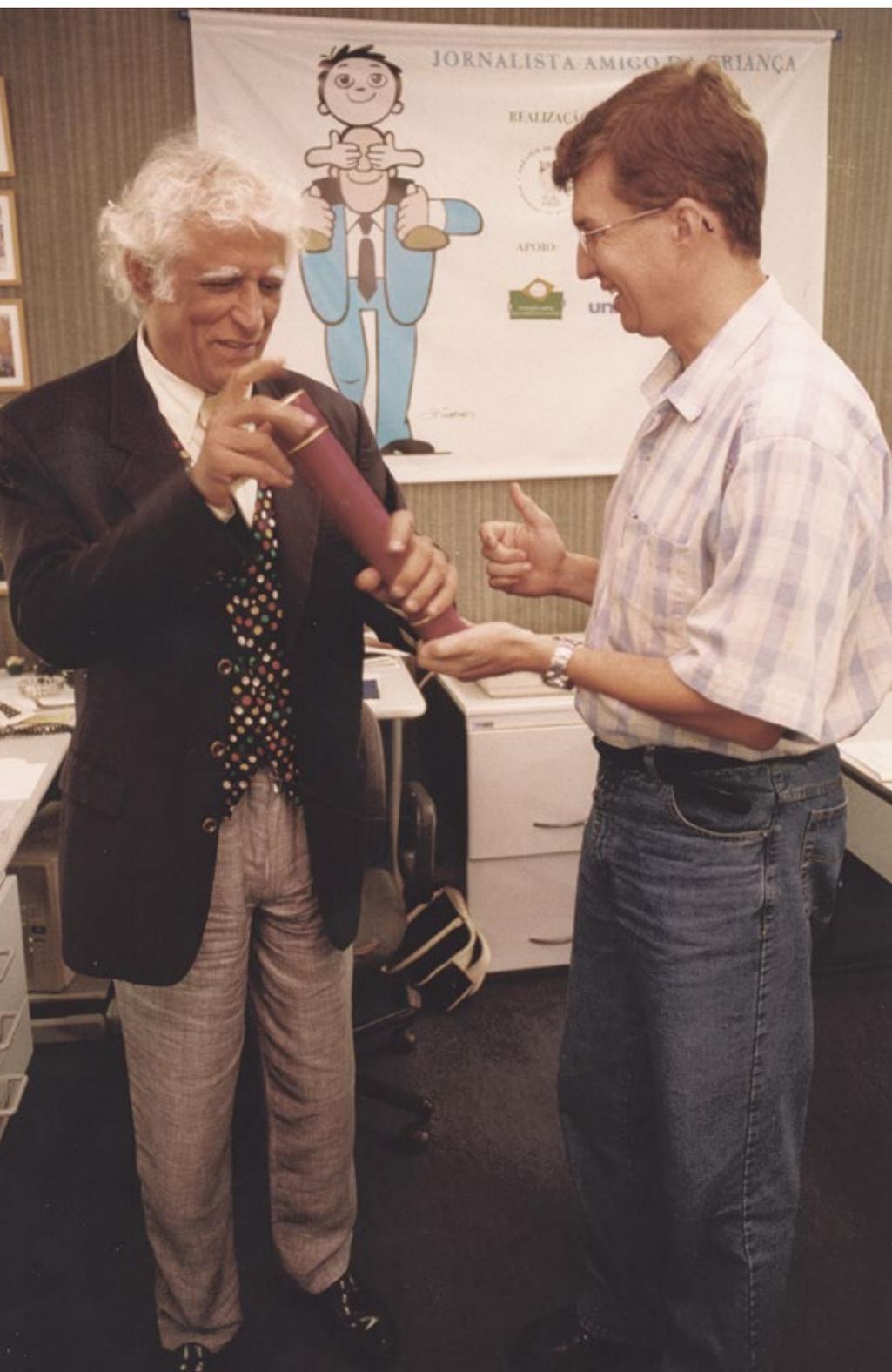


Foto: Acervo ANDI



Foto: Milla Petrillo



*Crescer junto com a ANDI ampliou minha consciência sobre o papel da profissão que abracei, permitindo-me somar visão política, amor e compaixão no exercício do ofício do jornalismo.*



**Geraldinho Vieira,**  
jornalista e ex-diretor  
executivo da ANDI  
(1995 a 2002)

Autor da logo do projeto  
Jornalista Amigo da Criança,  
Zivaldo também recebeu a titulação

Foto: Mila Petrillo



Geraldinho Vieira: encontro de crianças e jovens, em Salvador (BA)



*O trabalho começou de modo bem simples, mas já havia a ideia não só de denunciar, mas também de propor soluções. Por exemplo: estava surgindo em Brasília o Bolsa Escola. A ANDI começou a divulgar o programa, que virou nacional, depois virou o Bolsa Família, e era uma solução voltada para a infância...*

**Gilberto Dimenstein,**  
jornalista e um dos  
fundadores da ANDI



estratégias da ANDI, no período, é importante destacar a titulação Jornalista Amigo da Criança (JAC), por seu caráter estruturante permanente. Criada em 1997, certificou, nessas duas décadas, 376 profissionais de imprensa, formando uma rede de comunicadores comprometidos com a causa da infância e da adolescência (leia adiante quadro sobre o assunto).

Depoimento de Mauri König, repórter especial da Gazeta do Povo (PR), dá a dimensão da importância da estratégia: “Acredito que essa iniciativa tenha dado um novo significado profissional a

muitos jornalistas, assim como aconteceu comigo. Ao receber o título, em 2003, passei a dar mais atenção a assuntos relacionados à infância e à adolescência que, até então, eu cobria eventualmente”.

### Impactos

Como resultado do trabalho da ANDI e seus parceiros, “o tratamento dos assuntos relacionados a crianças e adolescentes mudou radicalmente no Brasil”, como atesta Kayayan. “Eles passaram efetivamente para as páginas de políticas públicas”, lembra, e amplifica:

“Eu acredito que na imprensa escrita, nos anos 1990, o Brasil dava uma cobertura maior e melhor a assuntos relacionados à criança e ao adolescente que em qualquer outro país do mundo”.

E o trabalho estruturante da imprensa produziu conquistas inequívocas em diversos setores relacionados à promoção de direitos de crianças e adolescentes. Notadamente a partir de 1996, observou-se a adoção de políticas, programas e projetos que impactaram sobretudo a qualidade de vida da população infantojuvenil, destacando-se os avanços na inserção na escola, na erradicação do trabalho infantil e no enfrentamento à violência sexual.

### Via dupla

A revisão dos acontecimentos que sucederam a retomada da democracia brasileira evidencia a estreita relação desta com a promoção e garantia dos direitos humanos, e de como uma população que tem seus direitos garantidos fortalece o sistema democrático. De modo análogo, diferentes organizações da sociedade civil que são frutos de um contexto de conquistas também as protagonizam.

Testemunho da JAC Juliana Cézar Nunes (DF) ilustra a incidência da ANDI sobre o quadro social, a partir da

esfera da imprensa: “Com o aumento do número e da qualidade das matérias sobre infância e adolescência, as instituições e a sociedade brasileira como um todo foram obrigadas a apresentar mais respostas, ações e políticas públicas para as violações de direitos denunciadas. Esse retorno ainda é insuficiente, mas avançou em relação ao passado”.

### Reconhecimento

Os impactos das ações caminhariam *pari passu* com demonstrações de reconhecimento do trabalho, por parte de organizações e movimentos sociais. Traduzidas em homenagens, titulações, condecorações e prêmios, são indicadores inequívocos da incidência positiva da ANDI sobre a realidade social brasileira. Ao todo, a organização foi alvo de 21 honrarias, de âmbitos nacional e internacional (leia quadro sobre *Honrarias*)

Reconhecida como de Utilidade Pública Federal em 1998, a ANDI continuaria a expandir seu raio de influência. A credibilidade conquistada e o sucesso de suas ações possibilitaram à organização fomentar e liderar a constituição de duas redes, com propósitos semelhantes aos seus: a Rede ANDI Brasil – Comunicação pelos Direitos da Infância, nascida no ano 2000, e, três anos depois, a Rede ANDI América Latina.



Foto: Marcello Casal Jr.



*A partir do reconhecimento externo de prêmios como o Jornalista Amigo da Criança e o Concurso Tim Lopes, os profissionais que atuam com foco na área de direitos humanos passaram a ter mais apoio das empresas de comunicação para o desenvolvimento de suas pautas.*

**Juliana Cézar Nunes,**  
repórter da EBC e  
Jornalista Amiga da Criança



# O modelo ANDI de ação



O modelo de ação da ANDI é baseado no fato de que a imprensa desempenha papéis relevantes no processo de desenvolvimento social, entre os quais, o de levar informação qualificada à sociedade; pautar o debate público, provocando a priorização de temas relevantes na agenda dos gestores; e fiscalizar as ações das autoridades estatais.

Para estimular e contribuir para a qualificação desse exercício, a ANDI desenvolveu uma metodologia baseada em um tripé estratégico de ações: Mobilização, Monitoramento e Qualificação. Somando-se a este conjunto integrado e orgânico, foram acrescentadas, ao longo dos anos, iniciativas mais diretamente comprometidas com a Incidência e a Replicação.

Inicialmente focada em Infância e Juventude, a ANDI atua hoje, também, nas áreas de Inclusão e Sustentabilidade e Políticas de Comunicação, fazendo uso de diferentes ferramentas, como publicações, bancos de fontes, relatórios, *clippings*, *blogs*, *hot sites*... Digno de destaque, o Boletim Infância na Mídia foi reformulado e integra o novo e moderno portal da ANDI.

Veja no quadro ao lado os detalhes das referidas estratégias.



*Os produtos da ANDI são muito bons, especialmente as análises de cobertura, os manuais de boas práticas, o clipping e os bancos de fontes. Eles ajudam o jornalista a “disputar”, dentro da redação, mais espaço para a temática de direitos humanos.*

**Juliana César Nunes**, repórter da EBC e Jornalista Amiga da Criança



## Mobilização

Nesse eixo, ocorre a interação diária com redações e fontes de informação de todas as regiões do País, influenciando na construção de pautas socialmente relevantes e na disseminação de conteúdos de referência. A ANDI atua tanto na inserção de novas agendas no debate público como no atendimento direto a jornalistas e organizações sociais.

## Monitoramento

O desenvolvimento de metodologias de análise quantitativa e qualitativa para o monitoramento dos noticiários parte do princípio de que é essencial oferecer aos profissionais e às empresas de comunicação parâmetros que permitam a avaliação de seu desempenho, na perspectiva de corrigir falhas no processo de construção da notícia e preencher lacunas decorrentes da formação ou da prática profissional.

## Qualificação

A complexidade e a diversidade das agendas relacionadas ao desenvolvimento sustentável exigem a capacitação continuada dos jornalistas. E todas as ações da ANDI visam esse objetivo, sendo que algumas ocorrem presencialmente, por meio de seminários ou de oficinas (muitas nas redações), tendo como principais insumos as análises de mídia.

## Incidência

O trabalho da ANDI no universo que engloba políticas de comunicação e a chamada “comunicação para o desenvolvimento” é, sobretudo, de incidência – e em prol tanto de um sistema (ou ecossistema) de mídia mais democrático, diverso e plural, quanto do uso das ferramentas de comunicação para a promoção de direitos e do desenvolvimento sustentável.

## Replicação

O modelo ANDI foi reconhecido como uma tecnologia social passível de replicação e que articula produtos, estratégias e metodologias desenvolvidos em estreita interação com a sociedade, na perspectiva do desenvolvimento social. No que se refere à área da infância e da juventude, as tecnologias vêm sendo reproduzidas nas rede ANDI Brasil e ANDI América Latina.

# Jornalista Amigo da Criança

---

O projeto *Jornalista Amigo da Criança (JAC)* foi criado em 1997, para reconhecer e valorizar a atuação de jornalistas que realizam uma cobertura noticiosa de qualidade sobre assuntos relacionados aos direitos de crianças e adolescentes, estabelecendo, ao longo de sua história, uma rede qualificada e referencial de profissionais.

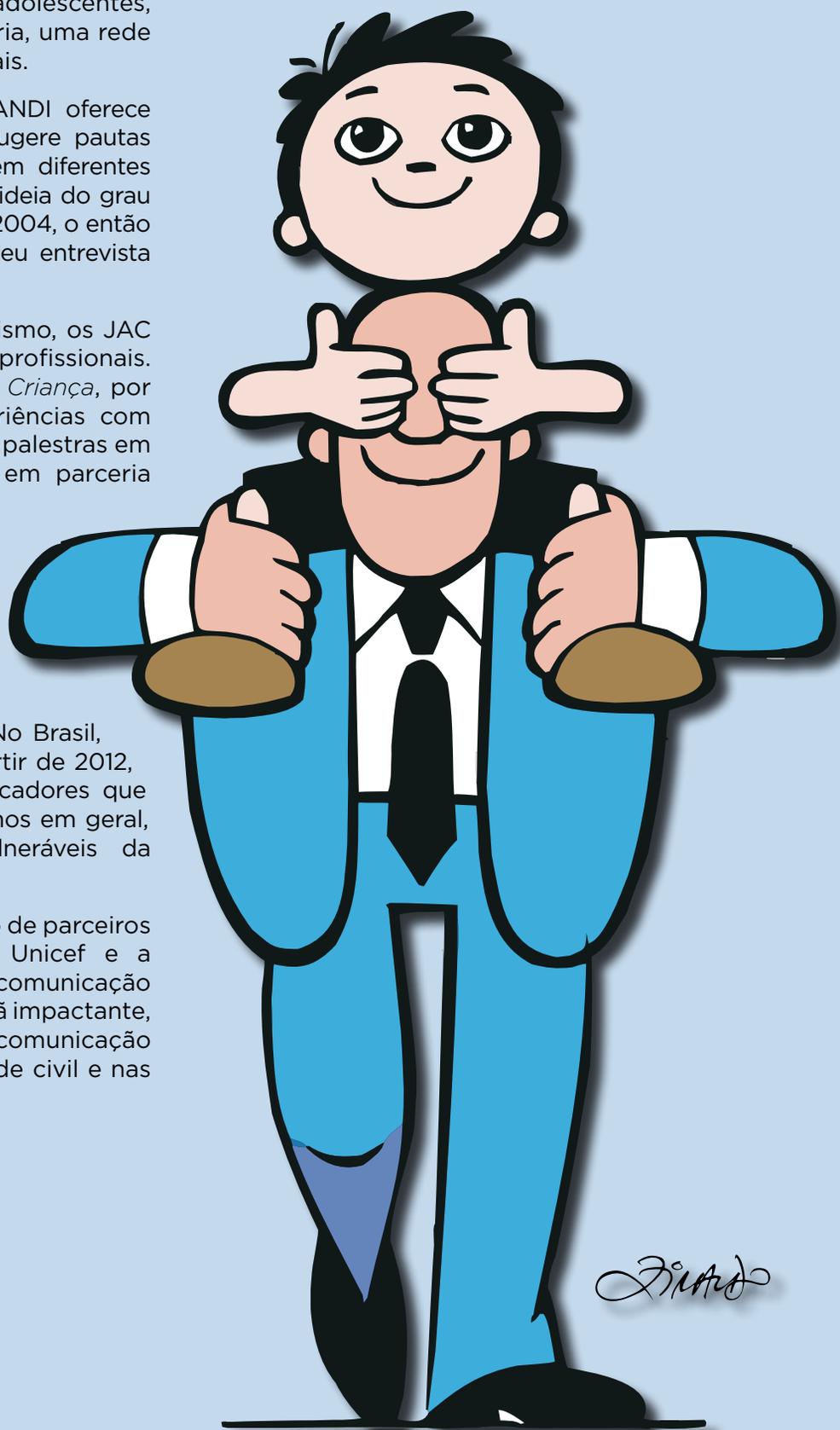
Para apoiar o trabalho dos JAC, a ANDI oferece oportunidades de aperfeiçoamento, sugere pautas e fontes de informação, envolve-os em diferentes atividades de capacitação. Para se ter ideia do grau de referência alcançado pela rede, em 2004, o então presidente da República, Lula, concedeu entrevista coletiva exclusivamente para os JAC.

Além das atividades típicas de jornalismo, os JAC colaboram com a formação de novos profissionais. Nas *Caravanas Jornalistas Amigos da Criança*, por exemplo, compartilharam suas experiências com estudantes universitários e proferiram palestras em disciplinas coordenadas pela ANDI, em parceria com universidades federais.

## Ampliação

Inspiradas na experiência brasileira, organizações da Rede ANDI América Latina criaram o PANA - Periodista Amigo de La Niñez y Adolescencia. No Brasil, seguindo o novo perfil da ANDI, a partir de 2012, a titulação passou a abarcar comunicadores que priorizam a defesa dos direitos humanos em geral, notadamente, de grupamentos vulneráveis da população.

Em 18 anos de iniciativa, e com o apoio de parceiros estratégicos, como a Petrobras, o Unicef e a Fundação Abrinq, 376 profissionais de comunicação foram condecorados - uma rede cidadã impactante, atuando nos 80 maiores meios de comunicação do País, em organizações da sociedade civil e nas universidades brasileiras.



*ANDI*

## A rede cidadã

**Adalberto Melo Ferreira** Adalberto Wodianer Marcondes **Ademir da Silva Costa** Adriana Barsotti **Adriana Carranca** Adriana Martins Mendes **Aida Carvalho Veiga** Airton Miorim de Medeiros **Alan Rodrigues** Albari Rosa **Alberto Dines** Alceu Luís Castilho (SP) **Alexandre de Melo Portela Spengler** Alexandre Eggers Garcia **Alice Araújo Teixeira Honório** Aline Alvarenga Nunes **Aline Andrade** Aline Felkl **Alinne Passos** Aluizio dos Santos Freire **Alvaro Bufarah** Álvaro Grohmann **Amauri Ribeiro Jr** Américo Antunes **Ana Beatriz Magno da Silva** Ana Cecília Lessa **Ana Celia Ossame de Figueiredo** Ana Elvira Aranda **Ana Leopoldina Macêdo Quezado** Ana Márcia Diógenes P. Lima **Ana Maria da Conceição Veloso** Ana Maria de Araújo Sá **Ana Maria Dubeux Costa** Ana Maria Vieira **Ana Mary Cavalcante** Ana Paula Vargas **André Dusek** André Trigueiro **Andrea Barreto Lemos** Andréa de Moura Santos **Andréa Minuto** Andréia Peres Ângela Maria de O. Bastos Antônio Augusto Danin Júnior **Antônio Correia Góis** Antonio dos Santos de Oliveira **Antônio Fernando Cabral** Assem Neto **Astrid Coutinho Fontenelle** Aureliano Biancarelli **Aurélio José da Silva** Beatriz Castro **Beatriz Lima** Bell Kranz **Benny Cohen** Beth Barra **Beth Carmona** Beth Costa **Bia Rosenberg** Bianka Cavalcanti de Carvalho **Bóris Casoy** Caco Barcellos **Carina Paccola** Carla Lencastre **Carla Rocha** Carlos Alberto Lemes Pereira **Carlos Mendes** Carlos Morais **Carlos Roberto Fialho Etchichury Junior** Carneiro Portela **Carolina Costa** Caroline Rodrigues **Célia Beatriz Rosemblum** Célia Pardi **Célia Siqueira Farjalat** César Seabra **Chico Otávio Archila da Silva** Chico Pinheiro **Cila Cerqueira** Cíntia Oliveira da Silva **Clarinha Glock** Clarissa Kowalski **Cláudia dos Santos Feliz** Cláudia Vassallo **Cláudia Werneck** Cláudio Ribeiro **Cláudio Silva** Cleber Borges **Clóvis Rossi** Cristiane Ballerini **Cristiane Barreto** Cristiane Segatto **Cristina Limeira de Carvalho** Custodio José Bouças Coimbra **Cynthia Figueiredo Camargo** Cynthia Garda **Daniel Freitas Muniz** Daniela Arbex **Daniela Assayag** Daniela Chiaretti **Daniela Falcão** Danielle Huebra **Danielle Soares Brito** David Felismino **Demétrio Weber** Denise Assis **Denise Gustavsen** Deusdedith Aquino **Dil Melo** Dulcinéia Novaes **Edgar Lisboa** Edisvânio Pereira **Edna Dantas** Eduardo Costa **Eduardo Gomes Correia** Elenilce Bottari **Elenilda Oliveira** Eliane Cantanhêde **Eliane Brum** Eliane Trindade **Elias Pereira dos Santos** Elio Gaspari **Elisângela Leite Teixeira** Elizabeth De Fiore **Ellen Cristie Mendes** Elói Marcelo de Oliveira **Elson Dantas Filho** Érika Klingl **Érika Kobayashi** Eugênio Borges Esber **Eugênio Parcelle da Silva** Evandro Fadel **Evandro Teixeira** Fabiana Bittencourt Fevorini **Fabiola Cidral** Fátima Sousa **Fernanda Lambach** Fernanda Mathias Orlando **Fernanda Mena** Fernando Rossetti **Flávia Oliveira da Fraga** Flávio Garcia **Francieleide Freire** Francisco Francerle **Francisco Ribeiro Neto** Gabriel Pillar Grossi **Gabriela Athias** Genara Rigotti **Geneton Moraes Neto** Geórgia Priscila Alves **Gilberto Dimenstein** Gilberto Nascimento **Gilmar Pentead** Gilson Schwartz **Glauce Montesso** Graça Araújo **Guilherme Evelin** Guilherme Werneck **Guta Nascimento** Hélio Campos Mello **Henriqueta Santiago** Heródoto Barbeiro **Inácio França** Isamara Antunes **Jacqueline Lopes** Janaína Maria Silva Holanda **Jaqueline Almeida** Jefson Marques Dourado **Jessé Souza** Joanita Aparecida Ramos **João Carlos Arruda Unes** João Luiz Barreto Góes **José Antônio Mangini Júnior** José Arnold Filho **José Bomfim** Zeca Camargo **José Carlos Fernandes** José Raimundo Oliveira **José Ribamar Praseres** José Trajano **Joseane Eliza Martins** Josias de Souza **Josnayra Marques Rodrigues** Juliana César Nunes **Júlio César Mosquera** Laura Greenhalg **Leandro Colling** Lena Guimarães **Lenilda Luna de Almeida** Leonardo Sakamoto **Leonardo Rates Franklin** Liana Dias de Menezes **Lídia Borges** Lilian Romão **Liliane Reis** Linda Ribeiro **Lisandra Paraguassú** Lúcia Maria Araújo **Luciana Constantino** Luciana Garbin Santos **Luciana Ribeiro** Luciano Borges **Luciano Rodrigues** Lucio Flavio de Souza Mesquita **Luis Erlanger** Luísa Alcalde **Luiz Carlos do Nascimento Sousa** Luiz Lasserre **Luiz Jorge de Azevedo Lobo** Magali Simone de Oliveira **Manuel Manrique** Mara Régia **Marcela Ximenes** Marcelo Canellas **Marcelo Costa Ribeiro** Marcelo Surian Brettas **Marceu Vieira** Márcia Bongiovanni **Márcia Detoni** Marcia dos Santos Mermelstein **Márcia Gomes** Marcia Melo Seixas **Márcia Peltier** Marcio Pessôa **Marcionila Teixeira de Siqueira** Marco Antônio Araújo **Marcos Guitti Júnior** Marcus Aurélio de Carvalho **Maria Ângela dos Santos** Maria Bernadeth Ribeiro **Maria Clarice Cabral Dias** Maria Cristina Poli **Maria de Fátima Sudário** Maria Eudiene Martins **Maria Francineide de Souza** Maria Helena Martinho **Maria Lydia Flandoli** Maria Marta Avancini **Maria Odete Olsen** Maria Tereza Leal **Marilu Calo Cabanas** Mário César Carvalho **Mariza Tavares Figueira** Marlene Bérgamo **Marlyana Mota** Marta Gleich **Marta Salomon** Marta Susane Vidal **Mauri König** Mauro César Pereira **Mauro Garcia Dahmer** Mauro Ventura **Meire Bertotti** Melissa Bergonsi **Mila Petrillo** Mona Bittencourt **Mônica Albuquerque** Mônica Krausz **Mônica Panis Kaseker** Mônica Rodrigues da Costa **Mônica Waldvogel** Nádia Bronze **Nadja Vasques** Nadja Vladi **Neide Duarte** Nelcira Neves do Nascimento **Nelson Filho** Nely Pedroso Hozanna **Neuracy Viana** Ney Messias Júnior **Nilda Dantas Pires** Nilson Cezar Mariano Olenka Machado **Omar de Oliveira Gusmão** Pablo Pereira **Paloma Godoy Cotes** Patrícia Drummond Gonçalves **Patrícia Nobre Mancini** Paula Coutinho **Paula Losada** Paula Sampaio **Paula Stange Rosi** Paulo Francisco **Pedro Bial** Pedro Paulo Carneiro **Pedro Rubens Morais** Rachel Vita **Raquel Ribeiro** Renata Cafardo **Renata Mariz** Ricardo Mendes **Ricardo Kotscho** Ricardo Noblat **Ricardo Novelino** Rita Célia Faheina **Rita de Cássia Rodrigues** Roberto Albuquerque Faustino **Roberto Gazi** Rodrigo Rangel **Rosa Crescente** Rosane Tremea **Rose Santana** Rosina Duarte **Rubens Gonçalves Silva** Rubens Herbst **Ruberval Aguiar** Samartony Martins **Samy Mohamed Charanek** Sandra Annenberg **Sandra Kiefer** Sandro Lobo **Santino Soares** Sebastião Salgado **Selma Rosa** Sérgio Gabriel Lopes **Sérgio Gomes** Sérgio Groisman **Severino da Silva Filho** Severino Silva **Sheila Cristina Torres** Sheyla de Azevedo Andrade **Shirley Castilho Ferreira** Sylvania Dal Bosco **Sinval de Itacarambi** Solange Azevedo **Sonidelandi Lacerda** Soninha Francine **Suzana Varjão** Sylvia Colombo **Sylvia Leal** Tacyana Karinna Arce **Tânia Fusco** Tatiana Beltrão **Teresa Cristina Alonso de Barros** Thiago Herdy **Ulisses Velasco Cunha** Ullisses Campbell **Vaguinaldo Marinheiro** Val Sales de Carvalho **Valéria Belém** Vanderlei Catalão **Vanessa Campanário** Vanessa Maia **Vera Lúcia Aranha de Medeiros** Verônica de Almeida Silva **Paulo Lima** Vico Iasi **Vitor Carleial** Vitória Régia de Melo **Wagner Gomes** Walace Lara **Waleska Mariana Borges** Washington Novaes **William Bonner** Wilsa Carla da Silva **Yara Okubo** Zamali Anita Dória **Ziraldo** Zuenir Ventura. **In memoriam:** Ari Cipola **Cristiano Donato** João Victor Strauss **José Varella** Márcio Moreira Alves **Marco Uchôa** Rodolfo Fernandes.



Reunião com organizações integrantes da Rede ANDI Brasil

## O modelo espalha-se pelo **Brasil**

No fim da década de 90, a ANDI já havia se estabelecido como uma referência na área da comunicação pelos direitos da infância e da adolescência. E gerara uma demanda que exigia uma capilaridade de que a organização não dispunha. Foi quando começou a tomar corpo a ideia de replicar a metodologia em outras capitais brasileiras, por meio da articulação com organizações locais.

A estratégia foi ganhando concretude a partir de um encontro em Curitiba, em 1997, quando Geraldinho Vieira foi abordado pela estudante de jornalismo

Paula Baena, interessada em empregar no Paraná parte da metodologia elaborada pela ANDI. A conversa gerou desdobramentos práticos e, um ano depois, Baena e um grupo de amigos criariam a Ciranda - Central de Notícias dos Direitos da Infância e da Adolescência no estado.

### **Surge a rede**

A experiência exitosa com a Ciranda fortaleceu na ANDI o propósito do trabalho articulado. E já em 1999, a Central Cipó de Notícias, recém-criada pela jornalista Anna Penido, em Salvador (BA), passou a operar o projeto

piloto que daria origem à Rede ANDI Brasil, no ano seguinte. Assim, inspirando, apoiando a criação e/ou agregando organizações posicionadas na interface infância e comunicação, a ANDI fincou pé em 11 capitais brasileiras (veja adiante o mapa da rede).

O modo de operação da rede era relativamente simples: com apoio de parceiros - entre os quais a Fundação Avina, a Save The Children Suécia, a Fundação W.K. Kellogg, a União Europeia e o Unicef -, a ANDI oferecia uma estrutura mínima às organizações participantes, para que estas desenvolvessem um pacote básico de ações, baseadas nas metodologias de

monitoramento, mobilização e capacitação.

Mantendo, obviamente, a independência operacional e a autonomia institucional.

### Fortalecimento mútuo

Como narrado em *Perspectivas*, o modelo de financiamento das Organizações da Sociedade Civil entrou em crise, afetando a rede, mas seus impactos foram – e continuam sendo – estruturantes. “A rede nasceu para dar capilaridade regional às estratégias da ANDI [...]. As organizações contribuíram com novas luzes, novos olhares e métodos, mas, igualmente, cresceram em suas missões originais e no impacto de suas ações locais”, resume Geraldinho.

Para além do fortalecimento institucional, as organizações articuladas em torno da Rede ANDI Brasil vêm contribuindo decisivamente para a conquista e efetivação de direitos da população infantojuvenil. Atuando

em frentes distintas (educomunicação, arte-educação, protagonismo juvenil...), deram visibilidade a temáticas relevantes, vinculadas a crianças e adolescentes. Entre elas, a da violência sexual.

### Ações articuladas

Um exemplo de ação coordenada com foco nesse tema foi a série de oficinas sobre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, realizadas pelas organizações da rede, em 2001, para jornalistas e outros atores sociais. São dignas de nota, também, as pesquisas realizadas pela Cipó (BA) e pela Matraca (MA), no mesmo ano, a partir de “O grito dos inocentes: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes”, editada pela ANDI.

Como o Concurso Tim Lopes de Jornalismo Investigativo, criado em 2002, foram ações que se somaram aos esforços nacionalmente empreendidos, a partir do

Foto: Acervo pessoal



*O Concurso Tim Lopes de Jornalismo Investigativo deveria ter similares em outras áreas. O formato é completamente original. O concurso premia a pauta e dá suporte aos vencedores para realizar as matérias.*

**Christina Velho,**  
jornalista e ex-coordenadora  
do Núcleo de Mobilização da  
ANDI (2011 a 2013)



Foto: Acervo ANDI



Lideranças da Rede ANDI  
Brasil em atividade

ano 2000, para enfrentar essa terrível forma de violação de direitos no Brasil. O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes é representativo desse empenho (veja outros exemplos na *Linha do tempo*, registrada no início da publicação).

### Trabalho infantil

Outra problemática que catalisou as forças da rede foi a do trabalho infantil. Sob coordenação da ANDI e em associação com a OIT e o Unicef, foi realizada uma série de atividades impactantes, entre 2002 e 2003, entre as quais a edição de "Crianças Invisíveis – O enfoque da imprensa sobre o trabalho infantil doméstico e outras formas de exploração" (série "Mídia e Mobilização Social"),

e a execução de oficinas e seminários de capacitação para jornalistas.

Para se ter noção do nível de incidência alcançado, no período de desenvolvimento do projeto, que contou também com o protagonismo da Fundação Abriq e da Save the Children, foram contabilizadas 483 matérias sobre o assunto publicadas em 54 jornais do País – um ganho de escala relevante para as frentes de combate ao fenômeno, e que expõe o poder do trabalho articulado, principalmente, em um país de dimensões continentais como o Brasil.

### Ampla mobilização

O Concurso Rede ANDI para Projetos em Comunicação pelos Direitos da Criança e do Adolescente; o *Infância e Comunicação*

“

*A participação na Rede ANDI Brasil representou um marco na história da Oficina de Imagens. Foi a partir da atuação na rede que a Oficina passou a incidir de forma mais ativa na agenda da promoção e dos direitos de crianças e adolescentes em Minas Gerais.*

”

**Adriano Guerra,**  
coordenador executivo da  
Oficina de Imagens (MG)

e o *Mídia e Conselhos – Aliança Estratégica na Prioridade Absoluta aos Direitos das Crianças e dos Adolescentes* foram outros projetos que, aliados ao monitoramento periódico de mídia, contribuíram para a formação e a mobilização de centenas de jornalistas, e para dar visibilidade a temas socialmente relevantes.

Enfim, mais de 40 jornais diários, locais e regionais, passam a ser monitorados por organizações da Rede ANDI Brasil. E a experiência chama a atenção da América Latina, que sempre demandara o protagonismo brasileiro em relação ao desenvolvimento humano na região. É o que veremos nas próximas páginas dessa revista.

Mapa da Rede ANDI Brasil



Obs.: Permanecem na Rede ANDI Brasil: Oficina de Imagens (MG), Bem TV (RJ), Catavento (CE), GiraSolidário (MS), Ciranda (PR), Cipó (BA), Auçuba (PE) e Matraca (MA)



# 2003

Reunião do Conselho Gestor da Rede ANDI AL

“

*A atuação na rede latino-americana trouxe um primeiro ganho para cada organização dela participante: o de aprofundar-se no 'mundo' além-fronteiras e realizar um projeto de transformação regional.*

”  
**Marcus Fuchs,**  
pedagogo, ex-diretor executivo adjunto (2001-2002) e ex-diretor de planejamento da ANDI (2002-2005)

## A experiência se expande pela **América Latina**

O êxito da Rede ANDI Brasil motivou uma articulação de alcance geográfico ainda maior. Sob a coordenação da ANDI, surge, em 2003, a Rede ANDI América Latina, inicialmente formada por organizações da sociedade civil de nove países da região. Todas unidas por um propósito: qualificar a abordagem jornalística de assuntos relacionados aos direitos de crianças e adolescentes.

Um dos responsáveis por sua estruturação, Marcus Fuchs, ex-diretor de planejamento da organização, conta que “foi um privilégio para mim circular pela América Latina, com o apoio da Fundación Avina, do Unicef e da Fundação Kellogg, para participar do desenho, da implantação e da expansão da rede”, a partir da experiência da Rede ANDI Brasil, que havia gerado “muito aprendizado sobre uma iniciativa coletiva de apoio e transformação do jornalismo”.

## Transferência de tecnologia

A modelagem era a mesma da Rede ANDI Brasil: compartilhamento de um pacote comum de ações entre as organizações-membros, e que envolvia, entre outras atividades, produções rotineiras, como elaboração e distribuição de sugestões de pauta para jornalistas, confecção periódica de *clipping* e construção e disseminação de análises de mídia sobre diferentes problemáticas sociais.

O processo de identificação das organizações, articulação política, transferência de tecnologia e treinamento de pessoal durou meses, mas a metodologia de trabalho da ANDI estava sofisticada e consolidada a ponto de gerar 16 manuais, que orientavam as organizações latino-americanas desde o procedimento de clípagem ao uso da ferramenta de classificação de notícias.

## Retorno

A estratégia articulada de desenvolvimento social a partir do desenvolvimento do campo da comunicação não demoraria a produzir frutos e obter reconhecimento na região: um ano depois de sua criação, a Rede ANDI América Latina era escolhida como um dos três projetos de desenvolvimento mais inovadores do mundo, em prêmio oferecido pelo The Global Development Network, por iniciativa do Banco

Mundial e do governo do Japão.

“As pessoas ficaram impressionadas de ver como a ANDI tinha conseguido criar um diálogo construtivo com os meios de comunicação, de trazer a mídia para uma posição de colaboração, e não só de crítica, que é o mais comum. Foi muito importante para a América Latina mostrar que era possível construir um diálogo de outra maneira com os veículos”, lembra o ex-coordenador de Estratégia Digital da ANDI, Ricardo Corredor.

## Segunda sucessão

A ação conjunta produziu resultados significativos em curto espaço de tempo. A primeira análise de mídia na região, realizada dois anos após a criação da rede, registrou a publicação de 1.961 notícias sobre infância e adolescência em jornais de 12 países, em 2005. Em 2006, o número saltou para 2.372. Além disso, na Argentina e na Colômbia, as organizações da rede ajudaram os movimentos sociais a aprovar seus Estatutos da Criança e do Adolescente.

Foi nesse período de intenso trabalho de articulação que a ANDI passou por outro processo sucessório. Já tendo sido editor de Mídia Jovem e então diretor-editor, Veet Vivarta assume a recém-criada Secretaria Executiva, em 2005. Sob sua gestão, a ANDI ampliaria significativamente a agenda e aprimoraria as estratégias,



Foto: Acervo pessoal

“

*A ANDI tem uma imagem muito importante fora do Brasil. É, sem dúvida alguma, uma das organizações de comunicação para o desenvolvimento mais importantes da América Latina. [...] Como o Brasil é um país muito grande, esse entendimento não é claro para muitas pessoas.*

”

**Ricardo Corredor,**  
jornalista e ex-diretor de  
Estratégia Digital da ANDI  
(2010 a 2011)

metodologias e ferramentas que viriam a se constituir em uma tecnologia social, impactando outros momentos históricos, como o do debate e aprovação do sistema de Classificação Indicativa.

### Classificação Indicativa

A discussão sobre o modelo de Classificação Indicativa que seria adotado no Brasil começa no governo de Fernando Henrique Cardoso, mas se fortalece no primeiro mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva. “A ANDI acabou, em vários momentos, operando técnica e politicamente nesse campo. O livro ‘Remoto Controle’ foi muito utilizado no início da construção da política de Classificação Indicativa”, relata Vivarta.

Além de editar publicações referenciais, a ANDI participou ativamente do debate, defendendo a importância de um sistema eficiente de proteção aos grupamentos em foco contra os impactos nocivos da indústria do entretenimento e ajudando a mobilizar a sociedade civil em torno do tema. Um momento tenso para a organização, que, pela primeira vez, amplia as discussões sobre conteúdos jornalísticos específicos para questões relacionadas à política empresarial do campo.

### Incidência política

Ao iniciar-se no campo da incidência política, a ANDI “fez uma aposta delicada, mas não podíamos abrir mão de um conhecimento, que não era só

“

*Um momento importante de incidência da ANDI foi na discussão do tema da Classificação Indicativa. Havia um lobby muito forte, principalmente dos grupos de televisão, e a ANDI teve um papel importante de liderar esse processo, de defender os direitos da criança.*

”

**Mário Volpi,**  
coordenador do Programa  
Cidadania dos Adolescentes  
do Unicef no Brasil



Foto: Acervo ANDI

Flash do processo de articulação e capacitação da Rede ANDI AL

nosso, mas de vários estudiosos, de que o Brasil tinha um *déficit* democrático nesse campo, e o esforço do governo brasileiro em relação à Classificação Indicativa ajudava a reduzir esse *déficit* e a impulsionar os direitos da criança e do adolescente no campo da comunicação”, analisa Vivarta.

Assim, a experiência com a Classificação Indicativa abre espaço para que a ANDI fortaleça sua atuação no campo das políticas de comunicação. E o debate sobre direitos infantojuvenis

na arena da comunicação de massa viria a tornar-se um eixo de atuação que incluiria, além de análises de mídia, publicações referenciais, seminários e a edição de boletins com informações sobre direito à comunicação no Brasil e na América Latina.

### Nova identidade

Essa ampliação não se limitaria às políticas de comunicação. Havia, por parte da sociedade civil organizada, uma demanda crescente para

que a ANDI utilizasse suas metodologias de análise e monitoramento de mídia em pesquisas que envolvessem também outros grupamentos etários. Uma ampliação que não foi projetada, mas se deu de maneira orgânica, frente às necessidades histórico-sociais do país e da incidência da imprensa na agenda pública.

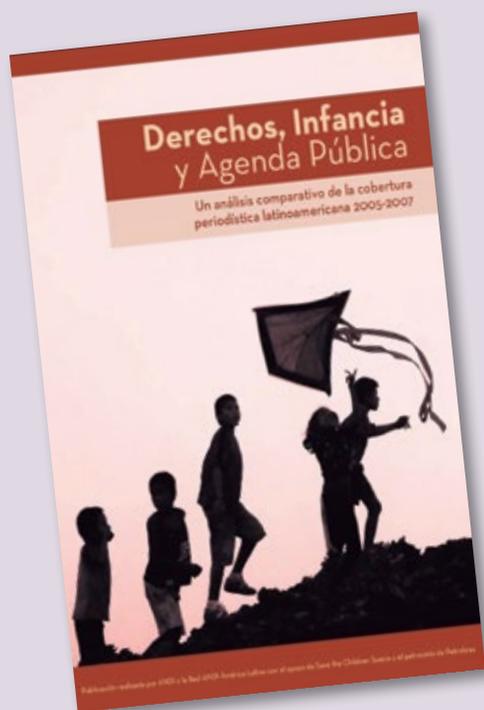
E, como será descrito nas páginas seguintes, aos 18 anos de existência, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância ganha nova identidade: ANDI – Comunicação e Direitos.

Mapa da Rede ANDI América Latina



Permanecem na Rede ANDI AL: Bolívia: Eco Jóvenes e Agencia Nacional de Noticias por los Derechos de la Infancia – ANNI; Chile: Agencia de Noticias Foco Social e ONG Raíces; Colômbia: Agencia de Comunicaciones PANDI; Costa Rica: Defensa de los Niños Internacional – DNI Costa Rica e Comunica con Respeto; Equador: Fundación Yupana e Agencia de Comunicación de Niñas, Niños y Adolescentes – ACNNA; Guatemala: Centro Civitas e Agencia de Noticias a Favor de la Niñez y la Adolescencia – La Nana; Nicaragua: Dos Generaciones; Paraguai: Global Infancia e Agencia Global de Noticias; Peru: Equipo Uno e Agencia Comunicación Educativa; Uruguai: El Abrojo e Voz y Vos; Venezuela: Cecodap e Periodismo a Favor de la Niñez y Adolescencia – PANA.

# Panorama latino-americano



**A** América Latina reúne diversos países que estiveram sob regimes autoritários há poucas décadas. E no processo de reconstrução da democracia e de enfrentamento de iniquidades sociais, o jornalismo ganha em importância como ferramenta de qualificação do debate público sobre direitos humanos.

Nesse contexto, as análises de mídia desenvolvidas pela ANDI e aplicadas pelas organizações da Rede AL, a partir de 2005, passaram a fazer diferença, contribuindo para o monitoramento e a qualificação da produção noticiosa relacionada aos direitos de crianças e adolescentes na região.

## Pesquisa referencial

O desafio, que começou em 2003, com a criação da rede e a capacitação das organizações, resultou no monitoramento da cobertura noticiosa de 12 países, registrada na publicação “Direitos, Infância e Agenda Pública – Uma análise comparativa da cobertura jornalística latino-americana 2005-2007”.

“A partir dessa cobertura, você começa a se dar conta da dinâmica regional de uma maneira ampla e integrada. Ela consolida o trabalho de vários anos e ainda hoje eu uso. Ainda hoje dá para ver uma tendência, para comparar, para ter uma visão regional”, depõe o ex-coordenador de Estratégia Digital da ANDI, o colombiano Ricardo Corredor.

## Cidadania

Os números são significativos: 795.765 textos noticiosos de 130 impressos analisados ao longo de três anos, com critérios que asseguraram a uniformidade e a comparabilidade dos resultados. A análise mostrou um crescimento anual significativo de notícias envolvendo infância e juventude, apontando também para a necessidade de avanços qualitativos.

O diagnóstico da época evidenciou, por exemplo, que as matérias sobre educação, violência e saúde predominavam na cobertura sobre infância e adolescência, em detrimento de temas como trabalho infantil, deficiência e situação de rua, constituindo-se em uma ferramenta referencial para o fortalecimento da cidadania na região.

“

*A ANDI contribuiu de forma muito original, efetiva e em larga escala para a formação de uma nova consciência no Brasil e na América Latina como um todo sobre o que é ser criança e adolescente: as condições para seu desenvolvimento pleno e seus direitos.*

**Geraldinho Vieira,**  
jornalista e ex-diretor  
executivo da ANDI  
(1995 a 2002)

”

# S E M I N Á R I O Direitos em Pauta

Imprensa, Agenda Social  
e Adolescentes em Conflito com a Lei

Brasília, 22 a 24 de maio de 2012



Uma das rodas de conversa do seminário Direitos em pauta

“

*Os resultados do trabalho da ANDI também aparecem quando outros movimentos organizados da sociedade – voltados para temas como raça e etnia, mulheres, meio ambiente – começam a procurar a organização em busca dessa metodologia, única no mundo.*

Âmbar de Barros,  
jornalista e fundadora  
da ANDI

”

A Agência de Notícias dos Direitos da Infância nunca foi uma agência de notícias tradicional. Em lugar de produtos noticiosos, sempre teve como prioridade a estruturação de parâmetros orientadores dessa produção. E posicionada no lugar da mediação entre os blocos de atores responsáveis pela construção das narrativas sobre a vida social brasileira: os jornalistas e suas fontes de informação.

Esse *locus* e modo de operação abriram caminho para a transformação da Agência de Notícias dos Direitos da Infância na ANDI – Comunicação e Direitos, em 2011. O trabalho sistemático de construção de insumos para as agendas relacionadas a crianças e adolescentes provocou o desenvolvimento de um conjunto de metodologias que acabou gerando o interesse de atores ligados a outros campos de ação.

### Tecnologia social

Carro chefe das estratégias usadas pela ANDI, desde a gestão Geraldinho Vieira, as análises de mídia alcançaram, ao longo dos anos, tamanho grau de sofisticação que acabaram extrapolando a função inicial, de incidência sobre a agenda da infância. “Passaram a bater na porta da ANDI dizendo que os estudos eram muito interessantes e questionando se não podíamos fazer algo semelhante com outros temas”, conta Vivarta, responsável pela mudança.

A demanda pela ampliação do leque temático e dos grupamentos sociais beneficiados, que vinha ocorrendo desde o final de 1999, foi crescendo consideravelmente. E a tecnologia social desenvolvida pela ANDI passou a ser aplicada sobre diferentes áreas, como investimento social privado, responsabilidade social empresarial, drogas, gênero, pessoas com deficiência, trânsito, racismo, mudanças climáticas e desmatamento na Amazônia.

### Estranheza

No início, houve estranheza. “O pessoal da área ambiental, por exemplo, não entendia o que a Agência de Notícias dos Direitos da Infância estava fazendo ali, tratando dessas questões”, lembra Vivarta. Mas os temas estavam colocados, havia espaço na agenda socioambiental do Brasil, “e a ANDI se descobriu tendo conhecimento e condições de contribuir, a partir da *expertise* acumulada, a partir da sua história e da sua legitimidade”, resume.

Uma contribuição que continua a obter o reconhecimento de diferentes lideranças sociais. “É digna de destaque a recente atuação da ANDI na área de igualdade racial, por meio de pesquisas e de incentivo às pautas sobre violência racial [...]. Essa temática permaneceu por muito tempo na invisibilidade, inclusive na agenda da infância e da adolescência, mas agora

começa a receber a merecida atenção”, destaca a jornalista Juliana César Nunes.

### Prioridade

De fato, entre as produções da ANDI mais abrangentes do período em foco estão pesquisas, oficinas e publicações sobre “Infância e Racismo”, “Imprensa e Racismo” e “Parlamento e Racismo na Mídia” – conjunto de insumos que sinaliza para o fato de que apesar de passar a conviver com outras agendas, a pauta da infância e da juventude continuou sendo prioridade na ANDI – Comunicação e Direitos.

O *case* sobre adolescentes em conflito com a lei, desenvolvido no mesmo período, é ilustrativo dessa prioridade, compondo duas amplas pesquisas sobre a relação entre esses grupamentos e os meios de comunicação de massa, um seminário nacional, oficinas de capacitação e uma publicação: “Adolescentes em conflito com a lei – Guia de referência para a cobertura jornalística” (leia quadro sobre *Adolescentes em conflito com a lei*).

### Dilema

Em síntese, além da expansão geográfica e da ampliação do leque temático, a organização passou a contribuir para o debate sobre questões que afetavam grupamentos vulneráveis da população



Foto: Mila Petrillo



*Não havia essa pretensão, mas a metodologia de análise de mídia desenvolvida pela ANDI se tornou uma das principais referências no Brasil e na América Latina em análise de conteúdo.*



**Veet Vivarta,**  
jornalista e ex-secretário  
executivo da ANDI  
(2005-2014)

Foto: Acervo pessoal



*É notável como de duas décadas para cá a ANDI contribuiu sobremaneira para a qualificação do discurso jornalístico [...]. Valores antes aceitáveis (ou até enaltecidos, tais como o ‘edificante’ trabalho infantil) agora são submetidos a uma segunda reflexão graças às novas ponderações que passaram a transitar pelas redações nos cursos e oficinas da ANDI.*



**Mauri König,**  
repórter especial da Gazeta do Povo (PR) e Jornalista Amigo da Criança

em geral, impulsionada pela demanda de lideranças vinculadas a esses grupos – o que explica a continuidade do entrelaçamento da história da ANDI com a das conquistas sociais, como se pode observar pela *Linha do tempo* registrada nessa publicação.

“Em 2004, a gente já estava trabalhando com políticas de comunicação”, sintetiza o ex-executivo da ANDI. Mas um dilema se estabeleceu: A ANDI deveria voltar a se concentrar em sua missão original ou deveria, reconhecendo que já estava operando nessas outras áreas, atualizar a sua missão, atualizar a sua imagem pública, a sua logo, o seu *site*, para poder integrar esses outros campos de atuação de uma forma mais lógica?

## Escolha

A reflexão foi levada ao Conselho Diretor da organização, que optou pela manutenção da sigla ANDI, associada a uma “tradução mais coerente com o tipo de metodologia, o tipo de incidência que ocorria no presente. Foi quando o ‘Comunicação e Direitos’ nasceu”, conta Vivarta. É então oficializado o nome “ANDI – Comunicação e Direitos” e inseridas as linhas de atuação “Inclusão e Sustentabilidade” e “Políticas de Comunicação”.

Assim, tendo desempenhado papel ativo na elaboração, no debate e na consolidação das normas da Classificação Indicativa, a ANDI passa a atuar mais fortemente no campo das políticas públicas de



Seminário internacional Infância e comunicação – Direitos, democracia e desenvolvimento



comunicação, na perspectiva de oferecer insumos para a construção de mecanismos democráticos que promovam a harmonização de direitos na extensa e complexa arena da comunicação de massa.

Entre as principais iniciativas recentemente desenvolvidas com esta finalidade, estão:

- Edição do livro “Infância e comunicação: referências para o marco legal e as políticas públicas brasileiras” (2011);
- Realização da *Caravana infância e comunicação*, com a promoção de oficinas sobre a temática em 10 unidades da Federação (2011);
- Edição trilingue (português, espanhol, inglês) do livro “Direitos da infância e direito à comunicação: fortalecendo convergências nos marcos legais e nas políticas públicas” (2012);
- Realização do seminário internacional *Infância e comunicação: direitos, democracia e*

*desenvolvimento* (2013, Brasília).

### Monitoramento de violações

É em função dessa demanda que a ANDI coordena, no presente momento, um amplo programa de monitoramento, com foco no fenômeno crescente das violações de direitos na mídia - uma tendência que, capitaneada pela TV, espalhou-se por outros meios e diluiu as fronteiras entre jornalismo e entretenimento, afetando a credibilidade da imprensa e colocando em xeque as regras da democracia brasileira.

Autoclassificadas como noticiosas e apelidadas de “policialescas”, as narrativas de rádio e TV sobre violências e criminalidades estão tão apartadas do horizonte ético que norteia a prática jornalística, que analistas da comunicação de massa as consideram espetáculos de diversão - espetáculos grotescos, mas espetáculos, que, em sentido oposto ao da imprensa,

discursam contra a lei e a favor da violência e do arbítrio.

### Terceira sucessão

A problemática, melhor detalhada no quadro *Monitorando violações*, é uma das que compõem o rol de desafios que a ANDI - Comunicação e Direitos ainda tem pela frente, como será evidenciado nas próximas páginas. Desafios que atestam a importância do trabalho continuado dessa que, mais que uma organização, é uma grande necessidade social em operação no Brasil.

E à frente dessa nova jornada, o jornalista Antonio Augusto, que, a partir de 2014, assume a diretoria executiva da ANDI, substituindo Veet Vivarta no comando da organização.



Foto: Fabio Correa



*A ampliação das áreas de ação é importante, porque são temas associados e estruturais, referem-se a caminhos para consolidar avanços.*

**Cénise Monte Vicente,** psicóloga e membro da Assembleia Geral da ANDI



# Monitorando violações

**P**ara mensurar o fenômeno das violações de direitos nos programas “policialescos” de rádio e TV e oferecer à sociedade brasileira e latino-americana subsídios que permitam o seu efetivo enfrentamento, a ANDI vem produzindo um conjunto articulado de conteúdos, metodologias e ferramentas voltados especificamente para essa problemática.

Decorrente de forte demanda do movimento social brasileiro, o programa abarca a adaptação da ferramenta de análise da ANDI, com a construção de um quadro de referência de violações sistemáticas, a partir de um monitoramento piloto; e um levantamento inédito de dispositivos legais brasileiros e internacionais que buscam harmonizar direitos no campo midiático.

## Publicação

A estruturação da ferramenta ocorreu em estreita colaboração com organizações da sociedade civil (como o Intervozes e a Artigo 19) e do Estado brasileiro (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal e Ministério da Justiça), bem como de organizações da Rede ANDI Brasil, como a Cipó (BA), a Ciranda (PR) e a Oficina de Imagens (MG).

O processo de articulação, a ferramenta de análise, os dados do monitoramento piloto, o levantamento da legislação e os debates travados em torno do tema foram registrados no livro “Violações de direitos na mídia brasileira – Guia de monitoramento”, editado em dois volumes e ora lançado, em conjunto com a presente revista.

## Pesquisa ampla

A citada ferramenta está sendo usada em ampla pesquisa, abarcando 30 programas de rádio e TV de todas as regiões do País. Mas o monitoramento piloto já aponta para uma grave tendência, ao registrar a ocorrência de nove tipos de violações, como incitação ao crime e à violência, tortura psicológica, discurso de ódio e identificação de adolescentes em conflito com a lei.

São violações recorrentes, cometidas a partir da infração a pelo menos 12 leis brasileiras, sete acordos/tratados internacionais sobre direitos humanos e três instrumentos de autorregulação do campo, incluindo a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

## Credibilidade em foco

Uma “corrida para o fundo”, impulsionada por um projeto comercial que vem afetando a credibilidade da imprensa, uma vez que age em nome do jornalismo (sendo, portanto, protegido pelas normas desse campo), mas o faz a partir de parâmetros completamente dissociados dele.

Mais: discursiva direta e sistematicamente contra as leis, as instituições e a democracia brasileiras.

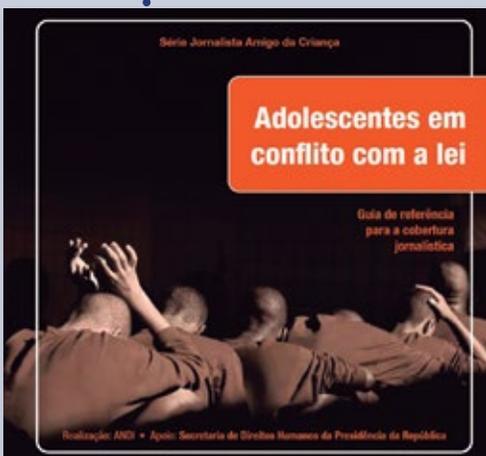


# Adolescentes em conflito com a lei

A grave problemática dos adolescentes em conflito com a lei ocupa, eventualmente, a esfera da comunicação de massa no Brasil, a partir da ocorrência de delitos graves contra a pessoa, envolvendo esse segmento etário da população. Um modo, infelizmente, inadequado de inserção da temática no debate público, que a ANDI e seus parceiros, ao longo dos anos, vêm buscando reverter.

Com esse objetivo, foi construída uma série de insumos e estratégias de mobilização, articulação e capacitação, como pesquisas, publicações, oficinas e seminários. Alguns destaques:

- Seminário e pesquisa “Direitos em Pauta: Imprensa, Agenda Social e Adolescentes em Conflito com a Lei” (2012);
- Publicação “Adolescentes em conflito com a lei – Guia de referência para a cobertura jornalística” (2012);
- Pesquisa “A mídia brasileira e as regras de responsabilização dos adolescentes em conflito com a lei: parte I – A construção de uma mentalidade; parte II – Os autores dos discursos; parte III – O discurso da técnica jornalística” (2013).



## Distorções

São insumos que expõem as características do noticiário sobre o tema, demonstrando como a mentalidade social vem sendo construída a partir das sérias distorções que registra. Entre outras conseqüências, a cobertura jornalística induz a população a creditar aos adolescentes o aumento da violência física no País; a absorver a falsa ideia da impunidade daqueles que infringem a lei; e a crer na pseudosolução da redução da idade penal.

E como se pode inferir do teor do debate ora travado no Brasil sobre as regras de responsabilização dos adolescentes em conflito com a lei, a mentalidade sobre o fenômeno ainda está longe de ser a ideal, mas o debate público dá mostras de alguma evolução, como analisa o jornalista Gilberto Dimenstein:

*– Hoje, quando se fala sobre a questão da maioria penal, proposta que naquela época seria fácil de passar, há uma discussão muito intensa. Só essa reação já mostra como a mentalidade do País mudou.*

## Seção especial



Meninos e meninas do *Se Liga Galera* em visita ao núcleo de monitoramento de mídia da ANDI

# Impactos

A imprensa brasileira avançou muito na cobertura noticiosa sobre temas relacionados ao universo infantojuvenil nas duas últimas décadas. Acompanhando debates e ações dos atores sociais empenhados na defesa de direitos das novas gerações, os jornalistas passaram a produzir reportagens contextualizadas, que refletiam o cotidiano, as necessidades e os sonhos desses grupamentos - com

impactos inequívocos sobre o quadro social.

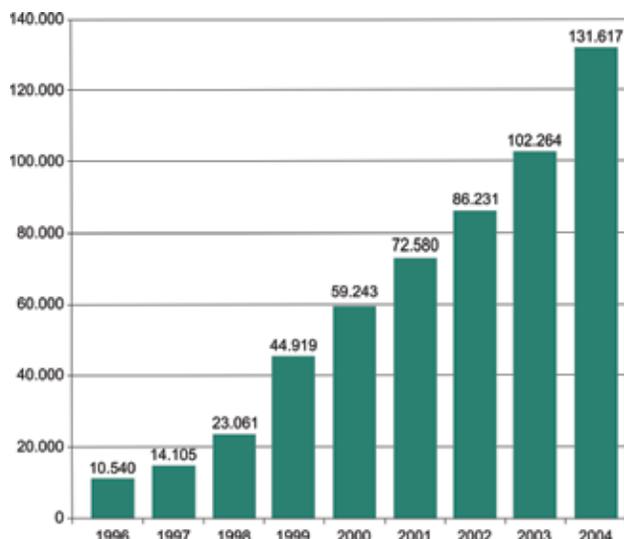
Ao longo dessa publicação, foram reunidos fragmentos de dados históricos e de depoimentos que expõem a relação entre o jornalismo socialmente responsável e as conquistas registradas, principalmente, na área da infância e da adolescência - uma vinculação difícil de ser mensurada e exposta em um espaço curto de tempo, mas que deixa marcas inequívocas

nas páginas da história, como aqui evidenciado.

### Indicadores

Nesta *Seção especial*, foram compilados alguns indicadores de impacto construídos pela ANDI ao longo dos anos, para monitorar o comportamento editorial dos veículos em relação a determinadas temáticas. Indicadores que acabam por recompor a linha que vai da retirada dos

Gráfico 1 - Volume de textos sobre infância e adolescência



assuntos aqui enfocados da invisibilidade (impactos quantitativos) à melhoria da abordagem noticiosa sobre os mesmos (impactos qualitativos).

Em 1996, por exemplo, quando a ANDI e o Instituto Ayrton Senna iniciaram a análise dos textos publicados em 50 dos principais jornais do País sobre as questões relacionadas ao público infantojuvenil, foi computado um total de 10.540 matérias nos veículos avaliados. Em 2004, o número pulou para 131.617, como demonstra o gráfico 1, retirado da pesquisa "Infância na mídia" - o que representa mais de 1000% de acréscimo na quantidade de inserções.

### Educação em primeiro lugar

Na interface quantidade - qualidade, é importante destacar a "virada" noticiosa almejada pelos fundadores da ANDI, de retirar os temas vinculados a esses grupamentos das páginas

"policiais" e inseri-los no noticiário sobre políticas públicas: revela ainda a pesquisa "Infância na mídia" que a temática da educação assume, a partir de 1998, a liderança no ranking dos assuntos mais discutidos pela imprensa, quando o foco são crianças e adolescentes.

Na tabela 1 registrada a seguir, é possível observar que, pela primeira vez, o tema do direito básico

Tabela 1 - Posição dos temas educação e violência\*

Período	Educação	Violência
2º trimestre 1996	8º	2º
3º trimestre 1996	6º	5º
4º trimestre 1996	5º	3º
1º trimestre 1997	5º	2º
2º trimestre 1997	4º	1º
2º semestre 1997	3º	2º
1º semestre 1998	1º	3º
2º semestre 1998	1º	4º
1999	1º	3º
2000	1º	2º
2001	1º	2º
2002	1º	2º
2003	1º	2º
2004	1º	2º

\*Nas inserções sobre infância e adolescência dos 45 principais jornais brasileiros

“

A ANDI é uma das responsáveis pelo aumento exponencial no número de matérias sobre educação, mas também e principalmente pela qualidade do conteúdo desta cobertura jornalística. Temos sido agitadores, articuladores, parceiros e pauteiros quase que obcecados pela inclusão do tema Educação na pauta da mídia brasileira.

”

Âmbar de Barros,  
jornalista e fundadora  
da ANDI

à educação supera a problemática da violência física no noticiário oferecido pelos referidos 50 jornais – uma prioridade que evidencia uma mudança relevante de percepção sobre a importância central da educação no processo de redução da pobreza e das desigualdades sociais.

### Incidência regional

Outra mudança significativa de comportamento editorial

relaciona-se com a expansão geográfica da ANDI. Objetos de atenção maior, inicialmente, dos cinco jornais de alcance ou repercussão nacional (Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil e Correio Braziliense), os temas sobre crianças e adolescentes passam a interessar os jornais regionais, a partir da incidência da Rede ANDI Brasil, no ano 2000.

É o que expõem as tabelas 2 e 3. A primeira, com o

levantamento dos jornais que mais publicaram notícias sobre infância e adolescência entre 1996 e 2004; a segunda, com um *ranking* quanti-qualitativo da performance dos veículos em 2003. Em ambas, a evidência da liderança alternada de diários como A Tarde e Correio da Bahia (BA); O Estado de Minas (MG); O Liberal (PA); A Crítica (AM); Meio Norte (PI); Folha de Londrina (PR) ou Jornal de Brasília (DF).

**Tabela 2 - Os dez jornais que mais publicaram matérias sobre infância e adolescência, entre 1996 e 2004**

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
1º	Correio Braziliense	Correio Braziliense	Correio Braziliense	Correio Braziliense	Estado de Minas	Correio Braziliense	A Tarde - BA	A Notícia - SC	O Globo - RJ
2º	Folha de S. Paulo	O Liberal - PA	O Liberal - PA	Folha de Londrina - PR	O Globo - RJ	O Liberal - PA			
3º	O Estado de S. Paulo	O Estado de S. Paulo	O Estado de S. Paulo	Meio Norte - PI	Correio da Bahia	A Crítica - AM	Correio da Bahia	Estado de Minas	A Notícia - SC
4º	O Globo - RJ	O Globo - RJ	O Globo - RJ	A Tarde - BA	A Tarde - BA	Jornal de Brasília	Jornal de Brasília	A Crítica - AM	A Tarde - BA
5º	Jornal do Brasil - RJ	Jornal de Brasília	Meio Norte - PI	O Estado de S. Paulo	Meio Norte - PI	A Tarde - BA	Correio Braziliense	Diário do Nordeste - CE	O Estado de S. Paulo
6º	Jornal de Brasília	Jornal do Brasil - RJ	Jornal do Brasil - RJ	Gazeta do Povo - PR	Diário de S. Paulo	Folha de S. Paulo	Gazeta do Povo - PR	O Liberal - PA	Diário do Nordeste - CE
7º	A Tarde - BA	O Povo - CE	Jornal de Brasília	Folha de Londrina - PR	Correio Braziliense	Folha de Londrina - PR	O Liberal - PA	Folha de Londrina - PR	Jornal do Brasil - RJ
8º	O Povo - CE	O Popular - GO	Estado de Minas	Jornal de Brasília	Folha de S. Paulo	Correio da Bahia	A Crítica - AM	Meio Norte - PI	Diário do Pará
9º	Diário de Pernambuco	A Tarde - BA	A Tarde - BA	Estado de Minas	A Crítica - AM	Meio Norte - PI	Meio Norte - PI	O Estado de S. Paulo	Diário da Manhã - GO
10º	Estado de Minas	Diário de S. Paulo	O Popular - GO	O Globo - RJ	Hoje em Dia - MG	O Estado de S. Paulo O Globo - RJ	O Estado de S. Paulo	O Povo - CE	Folha de S. Paulo

**Tabela 3 - Ranking quanti-qualitativo 2003**

1º	Folha de S. Paulo	11º	A Gazeta - MT	21º	Jornal do Brasil - RJ	31º	Folha do Povo - MS	41º	Diário Catarinense - SC
2º	O Globo - RJ	12º	O Povo - CE	22º	Correio da Bahia	32º	O Tempo - MG	42º	Diário de Cuiabá - MT
3º	Correio Braziliense	13º	O Liberal - PA	23º	Diário de Natal - RN	33º	Diário do Nordeste - CE	43º	Jornal de Brasília - DF
4º	Estado de Minas	14º	O Imparcial - AM	24º	Gazeta de Alagoas	34º	Correio de Sergipe	44º	Folha de Londrina - PR
5º	Hoje em Dia - MG	15º	A Notícia - SC	25º	A Crítica - AM	35º	Jornal da Cidade - SE	45º	Diário de Pernambuco
6º	Zero Hora - RS	16º	O Dia - PI	26º	Jornal da Tarde - SP	36º	Jornal do Tocantins	46º	O Estadão do Norte - RO
7º	A Tarde - BA	17º	O Estado de S. Paulo	27º	Folha do Estado - MT	37º	Correio do Estado - MS	47º	Tribuna da Bahia
8º	Meio Norte - PI	18º	Correio da Paraíba	28º	Jornal do Commercio - PE	38º	Tribuna do Norte - RN	48º	Diário de S. Paulo
9º	Gazeta do Povo - PR	19º	O Estado do Maranhão	29º	O Norte - PB	39º	O Dia - RJ	49º	A Gazeta - AC
10º	O Popular - GO	20º	A Gazeta - ES	30º	Diário do Pará - PA	40º	Tribuna de Alagoas	50º	Valor Econômico - SP

## Parâmetros qualitativos

É importante destacar que a escalada quantitativa da temática da educação nos *rankings* que evidenciam a mudança de comportamento dos jornais, por si só, é um indicador qualitativo. Mas as metodologias de análise da ANDI também estabelecem parâmetros para mensurar a qualidade dos conteúdos veiculados sobre as diferentes temáticas. Um desses parâmetros, a título de exemplo, é o enquadramento das reportagens como "políticas públicas".

O pressuposto é de que uma notícia com este enquadramento traz mais elementos para a compreensão da problemática,

além de debater soluções, o que não ocorre com as matérias meramente factuais. E como se pode observar pela tabela 4, a educação também lidera o *ranking* dos assuntos abordados a partir dessa perspectiva qualitativa, enquanto temas como violência física e adolescentes em conflito com a lei ocupam as últimas posições.

É, pois, um painel que sinaliza, uma vez mais, para avanços significativos no tratamento dispensado a garotas e garotos, mas também para os desafios que ainda precisam ser superados, na perspectiva de um noticiário que reflita a opção pelo respeito incondicional aos direitos humanos no Brasil.

**Tabela 4 - Tratamento de diferentes temáticas segundo uma perspectiva de política pública governamental**

Posição	Pesquisa	Período	Textos enquadrados como políticas públicas governamentais
1	Educação	2004	66,0%
2	Transgênicos	2004	63,9%
3	Educação Infantil	2000	58,0%
4	Direitos Humanos	2004	54,1%
5	Desenvolvimento Humano e Social	2001/2002	52,2%
6	Saúde da Criança	2002	47,0%
7	Trabalho Infantil	2002	40,2%
8	Conselhos Tutelares e de Direitos	2003	36,0%
9	Políticas Públicas de Comunicação	2003/2005	32,7%
10	Saúde do Adolescente	2001	30,0%
11	Tabaco e álcool	2001	28,9%
12	Deficiência	2002	26,3%
13	Drogas	2002/2003	26,2%
14	Mudanças Climáticas	2007	24,2%
15	Tecnologias Sociais	2004	21,0%
16	Exploração e Abuso Sexual	2000/2001	9,9%
17	Violência	2000/2001	4,8%
18	Adolescentes em Conflito com a Lei	2006/2010	2,2%
Média		34,6%	

Quadro-resumo das análises temáticas realizadas pela ANDI desde o ano 2000.



Foto: Acervo pessoal



*A atuação da ANDI é a prova de quanto uma iniciativa da sociedade civil pode interferir de forma ativa e crítica no agendamento dos meios de comunicação.*

**Marcelo Canellas,**  
repórter especial da  
TV Globo e Jornalista  
Amigo da Criança



# Agenda socioambiental



O mundo tem menos de uma década para mudar o seu rumo”. O alerta, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), registrado no *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008*, dá a medida da importância da agenda socioambiental, sobre qual a ANDI passou a se debruçar, a partir deste período.

É quando se inicia o projeto “Mudanças Climáticas e Mídia”. Utilizando a metodologia aplicada em outras temáticas e em parceria com a Embaixada Britânica e o Conselho Britânico, foram desenvolvidos um monitoramento/análise de mídia sobre o assunto; workshops em redações; e um *site* temático.

## Foco no Brasil

Entre outros impactos imediatos, a parceria viabilizou a oferta de subsídios para os jornalistas brasileiros envolvidos na cobertura da 15ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, em 2009, em Copenhague (Dinamarca), um dos esforços mundialmente empreendidos para a ampla adesão a um acordo que diminua os efeitos nocivos do homem sobre o planeta.

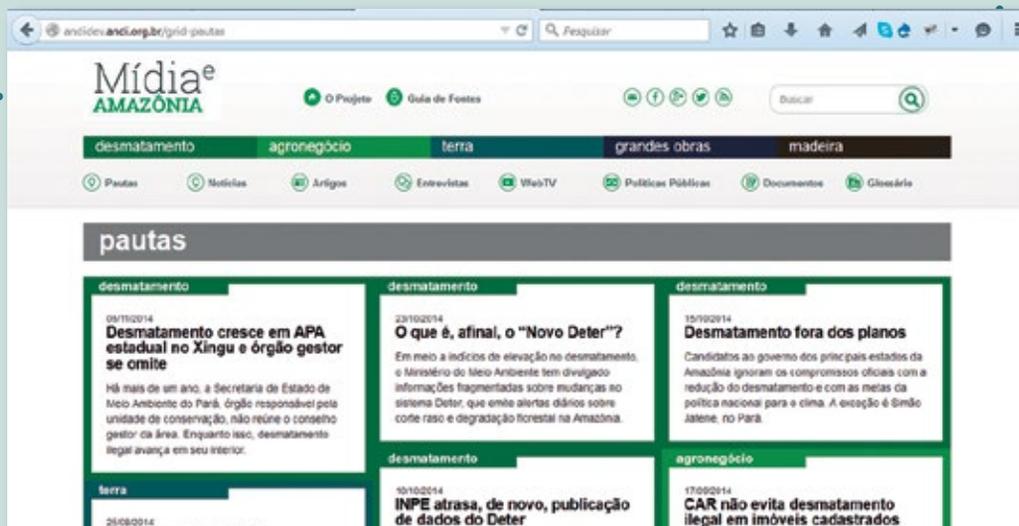
E um desses efeitos é o desmatamento, o que joga o foco do debate sobre o Brasil, que detém cerca de 60% da mais extensa e conservada floresta tropical do mundo – o que significa dizer que a preservação do ecossistema terrestre depende muito das políticas adotadas no País, sendo a imprensa essencial nesse debate, por sua capacidade de agendamento e fiscalização.

## Desmatamento

Objetivando contribuir para a qualificação das discussões, a ANDI realizou, em parceria com a Climate and Land Use Alliance (CLUA), uma série de oficinas em redações e uma análise de mídia sobre o Código Florestal, que, reformado em 2011, evidenciara a polarização entre ruralistas e ambientalistas, exigindo dos jornalistas alto nível de conhecimento sobre o tema.

Dando continuidade à construção de insumos sobre a agenda socioambiental, a parceria com a CLUA passa a incidir sobre o desmatamento na Amazônia: no âmbito do projeto *Mídia e Desmatamento na Amazônia*, é desenvolvido um *site* referencial, com informações consistentes e atualizadas, documentos e sugestões de fontes de informações e de pautas ([midiaeamazonia.andi.org.br](http://midiaeamazonia.andi.org.br)).

No período eleitoral de 2014, por exemplo, o *site* ofereceu farto material sobre as propostas de combate ao desmatamento dos candidatos à Presidência da República e aos governos dos estados da Amazônia Brasileira – outro indicador de incidência direta da iniciativa, que permanece em curso e inclui a elaboração de análises de mídia e diálogo com as redações.





Como no passado, são os sonhos de cidadania que estão esboçando o futuro da ANDI - Comunicação e Direitos

## Renova-se a missão

**O** Brasil mudou para melhor nesses últimos 21 anos. Mas apesar de ter produzido avanços consideráveis no âmbito dos direitos humanos, ainda tem obstáculos a superar para atingir um patamar significativo de desenvolvimento e justiça social. A ANDI, como aqui narrado, também sofreu transformações, no compasso das necessidades e demandas do País - e, como este, contabiliza conquistas e desafios. E estes não são poucos.

No comando da organização desde junho de 2014, o jornalista Antonio Augusto tem “consciência da dimensão do trabalho”, que perpassa

questões que vão da revolução tecnológica (que alterou substancialmente o modo de operação do jornalismo) à crise do modelo de sustentação das Organizações da Sociedade Civil, passando pelo saldo negativo que séculos de dominação e escravismo produziram na esfera social.

### Muito a ser feito

Membro da Assembleia Geral da ANDI, Cenise Monte Vicente lembra que “os desafios são do Brasil colônia. Os avanços começaram em 1888, e, hoje, uma das principais metas é enfrentar a recusa e oposição aos direitos humanos

baseadas em desinformação construída, principalmente, pelo rádio e pela TV” - uma reflexão que encontra eco na preocupação com o fenômeno dos programas “policialescos” e seus discursos anticidadania.

“O ódio que emergiu nas redes sociais demonstra que a ANDI ainda tem muito a fazer. A intolerância e os preconceitos associados ao sintoma de depositar nos jovens a raiz da insegurança e da violência deixaram claro que existe uma distopia a ser combatida”, continua Cenise, referindo-se ao debate público ora travado no País sobre os adolescentes em conflito com a lei - e sua lógica anti-humanista.

### Direitos em risco

Alvos da atenção da ANDI, as duas problemáticas citadas por Cenise apontam para um aspecto preocupante do contexto sociopolítico da atualidade: os riscos de retrocessos em relação a direitos conquistados a duras penas a partir de 1988. “Aí estão a redução da maioria penal, a redução da idade para o trabalho... São conquistas da sociedade brasileira, e estão sofrendo ameaça agora”, resume Heloísa Oliveira, administradora executiva da Fundação Abrinq.

Foto: Acervo pessoal



“

*A experiência acumulada da ANDI é essencial ao campo de defesa de direitos, no contexto brasileiro da atualidade.*

**Miriam Pragita,**  
diretora administrativa  
da ANDI

”

crianças em situação de trabalho infantil. Isso significa dizer que ainda temos muito para fazer”.

### Cenário diverso

Associadas a essas realidades adversas, estão as transformações no modo de operação do campo da comunicação, entre outras razões, em função da revolução tecnológica, que acabou pulverizando o foco de interesse dos consumidores de informação: dos conteúdos qualificados produzidos por profissionais de imprensa, as pessoas passaram a consumir uma incontável quantidade de mensagens que circulam nas diferentes plataformas midiáticas.

Assim, a produção de conteúdo jornalístico – que demanda tempo e custos consideráveis para garantir a qualidade da informação – vem sendo negligenciada, e o que se vê é a ascensão de produtos pretensamente informativos

Aspecto do seminário Imprensa e Organizações da Sociedade Civil



Foto: Mila Petrillo

Foto: Acervo pessoal



“

*Se reinventar é um desafio permanente para a ANDI, na perspectiva de evoluir na defesa dos direitos humanos, par a par com as demandas do seu tempo.*

**Antonio Augusto,**  
jornalista e  
diretor-executivo  
da ANDI

”

cada vez mais distantes dos parâmetros que orientaram, historicamente, a construção da notícia. Como, então, operar em um cenário tão diverso daquele dos anos 80?

### **Caminhos possíveis**

Não há “receita de bolo”, mas há horizontes a seguir, como pontua Geraldinho Vieira, recomendando a manutenção do rigor no monitoramento do comportamento editorial dos meios jornalísticos, “trazendo à luz da cidadania uma mais profunda visão sobre a produção da notícia e sua relação com a promoção dos direitos, o respeito à vida e à construção de modelos justos e sustentáveis de sociedade”.

Afinal, como avaliam observadores do campo, o impacto da revolução tecnológica sobre o jornalismo tende a se estabilizar, e, como pontua Guilherme Canela, ex-coordenador de Relações Acadêmicas da organização, “os princípios fundamentais do jornalismo não mudaram”. Em outros termos, o campo da comunicação de massa pode estar atravessando uma fase ruim, mas a imprensa continua viva.

As estratégias da ANDI, idem.

### **Sustentabilidade em foco**

Para além das problemáticas sociais a serem enfrentadas e das estratégias usadas para esse fim, a ANDI tem um grande obstáculo a superar: a crise do modelo de sustentação das Organizações da Sociedade Civil (OSC), que vem interferindo na capacidade de incidência não apenas da ANDI, mas de todas as instituições que integram esse setor fundamental à consolidação e fortalecimento da democracia brasileira.

Grosso modo, o cenário brasileiro e latino-americano das OSC tem sido marcado, nos últimos anos, pela instabilidade institucional, entre outros motivos, em virtude de dois eventos extremamente impactantes: a crise econômico-financeira mundial, que afetou as empresas de modo geral e,

especialmente, as agências financiadoras; e a decisão de direcionamento de recursos financeiros para regiões mais pobres e desassistidas, como a África.

### **Capital simbólico**

Na entressafra do modelo de sustentação econômico-financeira, as Organizações da Sociedade Civil, notadamente, têm enfrentado dificuldade até mesmo de preservar o capital simbólico conquistado ao longo de décadas, arriscando deixar escorrer pelo ralo da crise mundial e do reordenamento do setor o conhecimento acumulado e as metodologias e tecnologias sociais desenvolvidas.

E essa realidade vem se refletindo nas estratégias da ANDI. “Apesar da relevância e dos resultados alcançados pela Rede ANDI Brasil, nos últimos anos, ela não conseguiu construir novas estratégias de sustentabilidade que assegurassem a continuidade e a manutenção das suas atividades”, analisa Adriano Guerra, coordenador executivo da Oficina de Imagens (MG), uma das organizações que compõem a articulação nacional.

### **Mangas arregaçadas**

A linha de raciocínio é compartilhada por Guilherme Canela, para quem “não é mais tão simples manter uma operação de qualidade nesse campo. Implementar o método que a ANDI desenvolveu, e

que é o seu grande diferencial, infelizmente, é dispendioso. E para isso é necessário ter fontes de financiamento”, argumenta. “O cenário é difícil, mas estamos de mangas arregaçadas”, sinaliza Miriam Pragita, diretora administrativa da ANDI.

E a reestruturação da rede está no horizonte da organização.

Um passo relevante no sentido de construir um modelo sustentável de financiamento do setor vem sendo dado a partir do trabalho articulado em torno da Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil, com o qual a ANDI vem contribuindo amiúde. Para tanto, vem produzindo um conjunto

articulado de insumos, que incluem análise de mídia, seminários e uma publicação (leia case *Organizações da Sociedade Civil*).

### Consenso positivo

Enfim, o contexto da atualidade é adverso, mas a importância da continuidade do trabalho, frente a novas e persistentes demandas sociais; a eficácia das estratégias e tecnologias desenvolvidas e aplicadas; e os significativos resultados alcançados são consenso entre aqueles que participaram, ao longo dos últimos 21 anos, direta ou indiretamente, da construção da ANDI. É o que se depreende de suas palavras:

— *A efetivação dos direitos humanos é uma luta constante contra padrões escravocratas, que persistem* (CENISE MONTE VICENTE)

— *A comunicação politicamente correta, profissionalmente competente e totalmente independente continua sendo um instrumento insubstituível para a construção da cidadania de crianças, adolescentes e jovens 'que ninguém quer'* (CESARE DE LA ROCCA)

— *Defender e proteger direitos humanos a partir da mobilização e do apoio aos profissionais e meios de comunicação continua inovador e revolucionário* (MARCUS FUCHS)



Foto: Acervo ANDI

Os direitos da infância e da adolescência permanecem em foco na organização

# Organizações da Sociedade Civil

Articuladas em torno da Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil, as entidades que constituem o setor têm buscado alternativas ao modelo de sustentabilidade que entrou em crise nos últimos anos, afetando seriamente o seu funcionamento.

E na perspectiva de contribuir para a qualificação do debate público sobre o tema, a ANDI e a Plataforma, com apoio de parceiros estratégicos, vêm construindo um conjunto de insumos sobre as relações entre a imprensa e as organizações da sociedade civil, destacando-se, entre outros:



- Uma pesquisa inédita sobre o noticiário relacionado às OSC, que analisou o comportamento de quatro revistas e 40 jornais de todas as regiões do País;
- O seminário “Imprensa e organizações da sociedade civil”, realizado em março de 2014, em Brasília, reunindo entes governamentais, jornalistas e lideranças da sociedade civil, de organismos internacionais, da academia e do setor empresarial;
- A publicação (referencial) “A imprensa brasileira e as organizações da sociedade civil”, reunindo os dados da pesquisa e de outros estudos; as reflexões do seminário; e entrevistas com especialistas, entes governamentais, lideranças sociais e jornalistas.

## Diagnóstico e soluções

Além de traçar um diagnóstico sobre a crise de sustentabilidade, o conjunto de insumos registra as saídas que vêm sendo debatidas entre atores-chaves do setor e do Estado, evidenciando, ainda, a participação da imprensa tanto na construção quanto na solução dos problemas relacionados ao colapso do modelo.

Do rol de causas e conseqüências destes problemas levantados pelas lideranças e especialistas que compuseram as vozes registradas na acima citada publicação, estão:

- Ausência de regras claras para o financiamento do setor;
- Fragilidade do sistema que deveria regular as relações entre Estado e OSC;
- Insegurança jurídica decorrente desta fragilidade;
- Criminalização do setor, a partir de casos de corrupção envolvendo políticos e organizações de fachada;
- Fragmentação e baixa percepção de identidade como setor, por parte das OSC;
- Noticiário individualizado e pleno de lacunas, que privilegia ações específicas, em detrimento de uma abordagem mais sistêmica sobre o setor em geral.

Entre as soluções levantadas, um consenso: o estabelecimento de um marco legal claro e consistente, que atenda às especificidades do setor em foco e promova a segurança jurídica necessária ao seu funcionamento, sem sobressaltos. E como um dos vetores dessa conquista, um noticiário que amplie, aprofunde e fortaleça o debate público sobre a regulação do setor.

“

*Um grande desafio é mudar a mentalidade do Estado em relação às OSC, que desempenham papel fundamental para a sociedade, e não podem ser submetidas às regras estabelecidas para as empresas privadas.*

Antonio Augusto,  
jornalista e  
diretor-executivo  
da ANDI

”

# Parceiros da caminhada

---

Essa publicação pretendeu recompor a trajetória da ANDI, a partir da memória emotiva de alguns de seus principais protagonistas. Mas está claro que um capítulo tão rico da história do Brasil não pode ter sido construído com tão poucas mãos. Ele pressupõe uma teia multidimensional de cidadãos comprometidos com o horizonte ético do humanismo, espalhados pelos diferentes setores da sociedade brasileira e da cooperação internacional.

E para reconhecer o papel central de seus parceiros financeiros e estratégicos, a ANDI registra aqui as organizações que estiveram presentes em diferentes momentos dessa caminhada plena de significados e resultados. Parceiros que ajudaram a começar essa história, que viabilizaram sua continuidade e que continuam a apostar em sua capacidade transformadora.

A todos, nossos mais sinceros agradecimentos e homenagens.

## Organizações brasileiras

---

Abraji - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo

Abong - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

Ação Educativa  
Agenda de Convergência

Aliança Interage

Amencar

BVS&A - Bolsa de Valores Sociais e Ambientais

Conanda - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Cecria - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes

Cfemea - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

Contas Abertas

Embratur - Empresa Brasileira de Turismo

Escola de Gente

Faculdade Católica do Ceará

FTC - Faculdade de Tecnologia e Ciências de Salvador

FSBA - Faculdade Social da Bahia

Fenaj - Federação Nacional dos Jornalistas

Fórum de Direito de Acesso a Informações

FNPETI - Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

FNPJ - Fórum Nacional de Professores de Jornalismo

Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente

Fundação Ayrton Senna

Fundação Banco do Brasil

Fundep - Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa

Fundação Grupo Esquel Brasil

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal

Fundação O Boticário

Fundação Odebrecht

Fundação Orsa

Fundação Telefônica

GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Giz Brasil

Inesc - Instituto de Estudos Socioeconômicos

Instituto Ágora

Instituto Alana

Instituto Ayrton Senna

Instituto Camargo Corrêa

Instituto C&A

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

Instituto Marista de Solidariedade

Instituto Oi Futuro

Instituto Patrícia Galvão

Instituto Telemar

Instituto Telemig Celular

Instituto Votorantim

- Instituto WCF Brasil
- Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social
- Itaú Social
- Maxpress
- Mediática - Centro Brasileiro de Mídia para Crianças e Adolescentes
- Ministério da Cultura
- Ministério da Educação
- Ministério da Justiça
- Ministério da Saúde
- Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal
- Movimento por um Brasil Literário
- Petrobras
- Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil
- Portal Pró-menino
- Promundo
- Rede Nacional Primeira Infância
- Rede Não Bata, Eduque
- Santander Banespa

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Secretaria Geral da Presidência da República

Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

SESI - Serviço Social da Indústria

Unama - Universidade da Amazônia

UnB - Universidade de Brasília

USP - Universidade de São Paulo

USC - Universidade do Sagrado Coração

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Vale

## Organizações internacionais

Article 19 (Artigo 19)

British Council

Calandria Association of Social Communicators

Childhood Brasil

CLUA - Climate and Land Use Alliance

Comissão Européia

Conselho Britânico

Embaixada Britânica

Embaixada da Dinamarca

Embaixada do Reino Unido

FNPI - Fundação para um Novo Jornalismo Ibero-americano

Fundação Arcor

Fundación Avina

Fundação Ford

Fundação Lemann

Fundação W.K.Kellogg

Fundación Nuevo Periodismo Iberoamericano

Fundo Canadá

GFMD - Global Forum for Media Development

Instituto Interamericano Del Niño, La Niña y Adolescentes

McCann Erickson

Maxpress

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde

Open Society Initiative for Southern Africa

Oxfam

Partners of the Americas

Plan International

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Save the Children Noruega

Save the Children Reino Unido

Save the Children Suécia

The Communication Initiative

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

União Européia

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

# Uma homenagem

A história do desenvolvimento humano é uma história, sobretudo, de doação, renúncia e humildade de seus protagonistas – em sua grande maioria, anônimos artesãos dos sistemas de valores, conhecimentos e práticas que dão sentido à nossa existência. A esse humanismo sem ostentação, nossos aplausos, reverência e agradecimentos pelas marcas que imprimiram, generosamente, à trajetória da ANDI – e do Brasil.

São pessoas como Antonia Conceição e Ivanete Cardoso Pereira, duas das mais antigas funcionárias da ANDI, que, dos bastidores, cotidiana, incógnita e resignadamente, apoiam o trabalho e cuidam dos que cuidam para que os direitos humanos de todos os humanos sejam respeitados. A ambas, nossa homenagem, simbolizando os que, aqui, não puderam ser nominados, por absoluta limitação de espaço.



Foto: Acervo ANDI

Em destaque, Antônia (de vermelho) e Ivanete (de preto)

## Um compromisso reafirmado

### Missão

Contribuir para uma cultura de promoção dos direitos humanos, dos direitos da infância e da juventude, da inclusão social e do desenvolvimento sustentável a partir de ações no âmbito do jornalismo.

### Valores

As ações da ANDI estão fundamentadas na promoção e no fortalecimento de um diálogo profissional e ético entre as redações, associações de imprensa, faculdades de comunicação, poderes públicos, organismos internacionais, setor privado e sociedade civil, tendo como base os princípios da mídia para o desenvolvimento. Esse marco conceitual compreende a comunicação como elemento estratégico para a consolidação dos sistemas democráticos, para a garantia dos direitos humanos e para a promoção do desenvolvimento inclusivo e sustentável.





Realização



Parceria



Patrocínio

